ANDRÉS
BELLO

Ministério da Educação | Fundação Joaquim Nabuco

Coordenação executiva
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Isabela Cribari

Comissão técnica
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (presidente)
Antonio Carlos Caruso Ronca, Ataíde Alves, Carmen Lúcia Bueno Valle,
Célio da Cunha, Jane Cristina da Silva, José Carlos Wanderley Dias de Freitas,
Justina Iva de Araújo Silva, Lúcia Lodi, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

Revisão de conteúdo
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Célio da Cunha, Jáder de Medeiros Britto,
José Eustachio Romão, Larissa Vieira dos Santos, Suely Melo e Walter Garcia

Secretaria executiva
Ana Elizabete Negreiros Barroso
Conceição Silva

Alceu Amoroso Lima | Almeida Júnior | Anísio Teixeira
Aparecida Joly Gouveia | Armanda Álvaro Alberto | Azeredo Coutinho
Bertha Lutz | Cecília Meireles | Celso Suckow da Fonseca | Darcy Ribeiro
Durmeval Trigueiro Mendes | Fernando de Azevedo | Florestan Fernandes
Frota Pessoa | Gilberto Freyre | Gustavo Capanema | Heitor Villa-Lobos
Helena Antipoff | Humberto Mauro | José Mário Pires Azanha
Julio de Mesquita Filho | Lourenço Filho | Manoel Bomfim
Manuel da Nóbrega | Nísia Floresta | Paschoal Lemme | Paulo Freire
Roquette-Pinto | Rui Barbosa | Sampaio Dória | Valnir Chagas

Alfred Binet | Andrés Bello
Anton Makarenko | Antonio Gramsci
Bogdan Suchodolski | Carl Rogers | Célestin Freinet
Domingo Sarmiento | Édouard Claparède | Émile Durkheim
Frederic Skinner | Friedrich Fröbel | Friedrich Hegel
Georg Kerschensteiner | Henri Wallon | Ivan Illich
Jan Amos Comênio | Jean Piaget | Jean-Jacques Rousseau
Jean-Ovide Decroly | Johann Herbart
Johann Pestalozzi | John Dewey | José Martí | Lev Vygotsky
Maria Montessori | Ortega y Gasset
Pedro Varela | Roger Cousinet | Sigmund Freud

ANDRÉS BELLO

Gregorio Weinberg

Organização
José Eduardo de Oliveira Santos
Tradução
Jeanne Marie Claire Sawaya
José Eduardo de Oliveira Santos

ISBN 978-85-7019-534-0

MEC | Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana

Editora Massangana
Avenida 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | Recife | PE | CEP 52061-540
www.fundaj.gov.br

Coleção Educadores
Edição-geral
Sidney Rocha
Coordenação editorial
Selma Corrêa
Assessoria editorial
Antonio Laurentino
Patrícia Lima
Revisão
Sygma Comunicação
Revisão técnica
Luciano Milhomem Seixas
Célio da Cunha
Ilustrações
Miguel Falcão

Foi feito depósito legal
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca)

Weinberg, Gregório.
Andrés Bello / Gregório Weinberg; Eduardo Santos (org.). – Recife:
Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
116 p.: il. – (Coleção Educadores)
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7019-534-0
1. Bello, Andrés, 1781-1865. 2. Educação - Pensadores – História. I. Santos,
Eduardo. II. Título.

CDU 37

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O propósito de organizar uma coleção de livros sobre educadores e pensadores da educação surgiu da necessidade de se colocar à disposição dos professores e dirigentes da educação de todo o país obras de qualidade para mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional. A disseminação de conhecimentos nessa área, seguida de debates públicos, constitui passo importante para o amadurecimento de ideias e de alternativas com vistas ao objetivo republicano de melhorar a qualidade das escolas e da prática pedagógica em nosso país.

Para concretizar esse propósito, o Ministério da Educação instituiu Comissão Técnica em 2006, composta por representantes do MEC, de instituições educacionais, de universidades e da Unesco que, após longas reuniões, chegou a uma lista de trinta brasileiros e trinta estrangeiros, cuja escolha teve por critérios o reconhecimento histórico e o alcance de suas reflexões e contribuições para o avanço da educação. No plano internacional, optou-se por aproveitar a coleção *Penseurs de l´éducation,* organizada pelo *International Bureau of Education* (IBE) da Unesco em Genebra, que reúne alguns dos maiores pensadores da educação de todos os tempos e culturas.

Para garantir o êxito e a qualidade deste ambicioso projeto editorial, o MEC recorreu aos pesquisadores do Instituto Paulo Freire e de diversas universidades, em condições de cumprir os objetivos previstos pelo projeto.

Ao se iniciar a publicação da Coleção Educadores[*], o MEC, em parceria com a Unesco e a Fundação Joaquim Nabuco, favorece o aprofundamento das políticas educacionais no Brasil, como também contribui para a união indissociável entre a teoria e a prática, que é o de que mais necessitamos nestes tempos de transição para cenários mais promissores.

É importante sublinhar que o lançamento desta Coleção coincide com o 80º aniversário de criação do Ministério da Educação e sugere reflexões oportunas. Ao tempo em que ele foi criado, em novembro de 1930, a educação brasileira vivia um clima de esperanças e expectativas alentadoras em decorrência das mudanças que se operavam nos campos político, econômico e cultural. A divulgação do *Manifesto dos pioneiros* em 1932, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, são alguns dos exemplos anunciadores de novos tempos tão bem sintetizados por Fernando de Azevedo no *Manifesto dos pioneiros*.

Todavia, a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, haveria de interromper por vários anos a luta auspiciosa do movimento educacional dos anos 1920 e 1930 do século passado, que só seria retomada com a redemocratização do país, em 1945. Os anos que se seguiram, em clima de maior liberdade, possibilitaram alguns avanços definitivos como as várias campanhas educacionais nos anos 1950, a criação da Capes e do CNPq e a aprovação, após muitos embates, da primeira Lei de Diretrizes e Bases no começo da década de 1960. No entanto, as grandes esperanças e aspirações retrabalhadas e reavivadas nessa fase e tão bem sintetizadas pelo *Manifesto dos Educadores de 1959*, também redigido por Fernando de Azevedo, haveriam de ser novamente interrompidas em 1964 por uma nova ditadura de quase dois decênios.

[*] A relação completa dos educadores que integram a coleção encontra-se no início deste volume.

Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o atual estágio da educação brasileira representa uma retomada dos ideais dos manifestos de 1932 e de 1959, devidamente contextualizados com o tempo presente. Estou certo de que o lançamento, em 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como mecanismo de estado para a implementação do Plano Nacional da Educação começou a resgatar muitos dos objetivos da política educacional presentes em ambos os manifestos. Acredito que não será demais afirmar que o grande argumento do *Manifesto de 1932*, cuja reedição consta da presente Coleção, juntamente com o *Manifesto de 1959*, é de impressionante atualidade: "Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação". Esse lema inspira e dá forças ao movimento de ideias e de ações a que hoje assistimos em todo o país para fazer da educação uma prioridade de estado.

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação

ANDRÉS BELLO[1]
(1781-1865)

Gregorio Weinberg[2]

Andrés Bello é figura exemplar da história da cultura da América Latina: ele foi um dos educadores mais importantes do século XIX e é considerado o maior humanista desse período. Sua personalidade equilibrada, sua vida austera de erudito fazem dele um verdadeiro Mestre – termo que se reveste, em espanhol, de inúmeras acepções, desde o sentido de "pessoa que ensina em uma escola primária" até ao elogioso "pessoa de grande mérito". Escrita com letra maiúscula, a palavra constitui, além disso, uma marca de deferência a uma personalidade eminente, extraordinária. No caso de Andrés Bello, todas essas acepções se combinam. Sua vasta e perene obra revela o interesse que ele demonstrou pela escola primária e, mais ainda, pela universidade. A isso, soma-se sua atuação como gramático, jurista, filósofo e político.

Nasceu na Venezuela, mas os rumos da história da América Latina no princípio do século XIX conduziram-no a Londres, onde

[1] Este perfil foi publicado em *Perspectives*: revue trimestrielle d'éducation comparée. Paris, Unesco: Escritório Internacional de Educação, n. 1-2, pp. 69-82, 1993.

[2] Gregório Weinberg (Argentina) é professor honorário da Faculdade de Filosofia e Literatura da Universidade de Buenos Aires, onde estuda a história da educação na Argentina e na América Latina. Membro da Academia Nacional de Educação e da Comissão Internacional instituída pela Unesco para preparar uma nova edição da *História do desenvolvimento científico e cultural da humanidade*. Pesquisador do National Council of Scientific and Technical Research, do qual também foi diretor. Ex-diretor da Livraria Nacional. Suas mais recentes publicações incluem: *El descontento y la promesa - ensayos sobre educacion y cultura*; *Modelos educativos en la historia de America Latina* (traduzido em diversas línguas), e *Tiempo, destiempo y contratiempo: ensayos*.

ele permaneceria por duas décadas antes de estabelecer-se no Chile. A abrangência de sua obra e a influência que ela nunca deixou de exercer conferiram a ele grande prestígio em todo o continente latino-americano e explicam o fato excepcional de que, até nossos dias, todos os falantes de língua espanhola o reivindiquem para si. Seu brilho é tamanho que até acordos internacionais de caráter educativo e cultural levam seu nome.

A vida na Venezuela

Andrés Bello nasce em Caracas a 29 de novembro de 1781. Os anos de sua infância e adolescência transcorrem em um ambiente de relativo conforto e cultura, no qual, em tenra idade, ele adquire o prazer da leitura e dispõe-se rapidamente ao estudo do francês e, depois, do inglês. Sabe-se seguramente que recebe, em 9 de maio de 1800, o título de bacharel em letras. Mas outra informação relativa àquele período talvez seja mais relevante. Poucos meses antes, Bello conhece um estrangeiro cuja presença na cidade causa enorme impacto e deixa uma indelével impressão sobre o então jovem e tímido estudante que dele se aproxima. Trata-se de Alexander von Humboldt, já afamado por sua cultura extraordinária e, sobretudo, por sua imensa curiosidade e preocupações intelectuais.

Para aumentar seus parcos recursos, Bello passa a dar aulas particulares, em sua própria casa, a um grupo de adolescentes, entre os quais figura Simón Bolívar, destinado a escalar altos degraus na história. Décadas mais tarde, o quadro se repetiria em Santiago do Chile, quando, em seu escritório apinhado de livros das mais diversas disciplinas, Bello ministraria seus conhecimentos a outros jovens, que nutriam preocupações análogas às dos mais velhos. Entre esses jovens, alguns logo entrariam para a história. Pelo testemunho de seus alunos em diferentes períodos de sua vida, sabemos dos extraordinários talentos humanos e educacionais de Bello.

Pouco tempo depois, Bello ingressa na administração colonial, o que lhe permite obter uma situação material estável. Por seu ardor no trabalho, seu espírito de iniciativa e seu conhecimento de línguas, torna-se progressivamente indispensável para garantir a tradução das notícias, às vezes inquietantes, chegadas da Europa. Acontecimentos que tinham origem no Velho Mundo começavam a repercutir cada vez mais no Novo Mundo, mas as informações mais importantes nem sempre estavam escritas em espanhol, única língua que as autoridades pareciam dominar. Durante esse período, os interesses intelectuais de Bello afirmam-se: ele começa a colaborar com a *Gazeta de Caracas*, primeiro jornal publicado em sua cidade natal. É dessa forma que artigos vigorosos associam rapidamente o nome de Bello às primeiras aventuras do mundo da edição: ele é o autor da publicação intitulada *Calendário manual e guia universal do estrangeiro na Venezuela para o ano de 1810*, assim como o *Resumo da história da Venezuela*, no qual certos comentaristas, como Mariano Picón Salas, acreditam encontrar influência das ideias de Humboldt.

As primeiras manifestações poéticas de Bello datam igualmente dessa época, quando ele dá livre curso a seu lirismo. E. Rodriguez Monegal nota, na poesia do período de Caracas:

> [...] o domínio e facilidade com que o jovem poeta manipulava o estilo neoclássico; sua aplicação da visão humanista do século XVI para o mundo americano já compartilhava de um aspecto continental e, em certas passagens, dos inconfundíveis signos da contemplação direta da natureza, expressa em estilo neoclássico, mas com genuíno sentimento americano.

Observamos aqui a eclosão do gênio literário do homem de letras que, por toda a vida, tanto contribuiria para a emancipação intelectual da América Latina – um aspecto cuja superior importância nunca foi suficientemente enfatizada.

Seus serviços, experiência, repertório e, como dito, conhecimento de línguas, levam-no a participar da missão diplomática que a junta conservadora envia a Londres para negociações, tendo

como delegados Simón Bolívar e Luis López Méndez. Uma amizade duradoura, a despeito de ocasionais reveses, liga-lo-ia a seu antigo pupilo. Em carta enviada de Quito, a 27 de abril de 1829, para José Fernández Madrid, então em Londres, Bolívar declara-se muito preocupado com:

> [...] a precária situação financeira da missão diplomática, que está forçando meu estimável amigo Bello a sobreviver à custa de privação [...] Convença Bello de que a Colômbia ainda é o melhor país da América; se ele quiser um emprego, que o diga, e nós daremos a ele um bom posto. A pátria deve estar acima de tudo, e Bello é merecedor de ocupar um posto muito importante por lá. Conheço a natureza superior deste meu contemporâneo de Caracas. Ele foi meu professor, embora tivéssemos a mesma idade, e eu o amei e respeitei. Sua reserva nos manteve razoavelmente afastados, e por isso mesmo desejo reconciliar-me com ele e convencê-lo a estabelecer-se na Colômbia.

Mas essa mensagem foi enviada tarde demais; Bello já havia deixado Londres em direção ao Chile.

Entre as diversas características e influências dessa fase da vida de Bello, temos procurado destacar aqui apenas as relações com Humboldt e Bolívar em razão da marca profunda que ambos deixariam nele.

Para completar esse retrato, que nos seja permitido examinar brevemente dois traços da personalidade de Bello que nem sempre foram bem compreendidos. O primeiro é seu humanismo que, contrariamente à crença geral, nada tem que ver com o dos eruditos esclerosados do século XVI, impregnados de autores latinos e embaraçados pelo domínio imperfeito do grego. O segundo traço é o conservadorismo pelo qual tem sido criticado.

Para esclarecer a natureza de seu humanismo, não precisamos ir além da simples e admirável descrição de Angel Rosenblat:

> Andrés Bello foi, sem dúvida, o primeiro humanista de nossa América, um tipo de Goethe hispano-americano, em uma época em que o humanismo ainda era o pai da ciência, e o humanista, ao mesmo

tempo filósofo, historiador, poeta, jurista e gramático, ocupava-se também da vida espiritual e dos mistérios da natureza.

Devemos acrescentar que Bello foi um humanista totalmente engajado na história de seu tempo.

O conservadorismo modernizante de Bello – que pode, de certa maneira, ser associado legitimamente a uma concepção imobilista ou tradicionalista da sociedade – deve muito, indiscutivelmente, a suas impressões da vida no Reino Unido comparadas aos acontecimentos no continente latino-americano. Durante sua longa estada em Londres, testemunhou o gigantesco esforço da Grã-Bretanha para ajustar suas instituições de forma a responder às mudanças econômicas e sociais trazidas pela revolução agrícola e industrial. Essa evolução, por sua vez, reforçou a importância da ciência e da tecnologia na construção do futuro. Além disso, o papel desempenhado pela Grã-Bretanha no novo e precário equilíbrio que se instaurava então nas relações internacionais preocupou Bello, pois essa situação não era estranha aos acontecimentos no Novo Mundo.

Constantemente preocupado com o destino da América Latina, dilacerada e empobrecida pelas prolongadas guerras civis que começavam a ameaçar até mesmo sua existência, Bello deve ter entrevisto, na experiência original da Grã-Bretanha, uma fórmula que permitisse aos novos estados canalizar em benefício deles próprios esse excedente de energia. Decorre disso sua visão de que o objetivo não seria derrubar uma ordem ameaçada, e sim restaurá-la tão cedo quanto possível, utilizando instrumentos adequados: a educação, a legislação e o comércio. Suas ideias, é claro, não eram compartilhadas por muitos de seus contemporâneos, que a ele se opuseram com vigor, embora respeitosamente. Estavam em debate diferentes filosofias da história e da vida. Considerando-se o subsequente curso dos acontecimentos, temos o direito de pensar que as contribuições de Bello foram preciosas. De todo modo, não acreditamos que tenham constituído fatores decisivos para

sua glória; esta deve-se, legitimamente, a seu gênio, à abrangência e ao interesse permanente de sua obra escrita, assim como a seu prestígio e influência pessoais.

Sua vida na Inglaterra

Ao desembarcar em Portsmouth, a 11 de julho de 1810, Andrés Bello, que chegou, como acabamos de ver, como adido da missão liderada por Simón Bolívar e Luis López Méndez, nunca teria imaginado que as circunstâncias o forçariam a permanecer na Grã-Bretanha por aproximadamente duas décadas, período marcado pelo desalento e pelas necessidades financeiras, mas também sentido como estímulo ao amadurecimento de seu talento. Vicent Llorens Castillo, em *Liberais e românticos: uma emigração espanhola na Inglaterra*, proporciona uma bem documentada avaliação da vida do liberal emigrado da Península Ibérica daquele período, condenado a longos anos a uma "vida obscura de miséria, esperanças e desapontamentos". Essa certamente também foi a realidade de muitos latino-americanos que, como Bello, depararam com situações similares, seus laços com a terra nativa rompidos pelos fatos, sem recursos e submetidos a um futuro incerto, o que os levava a temer cada vez mais a reconstituição dos movimentos favoráveis à restauração. Contudo, do ponto de vista intelectual, a situação – ressalvadas as suspeitas que minavam o bom entendimento entre os "exilados" – podia ser estimulante e fecundo para aqueles que estavam dispostos a submeter-se humildemente a um difícil processo de aprendizado político e cultural em outro ambiente e em outra língua. A quantidade de homens de talento, convocados a desempenhar um grande papel, residiam assim na Grã-Bretanha. Bello estabeleceu laços duradouros com muitos deles, como nos dizem numerosos testemunhos diretos e indiretos que chegaram até nós. Ele veio a conhecer Francisco de Miranda, José de San Martín, José Maria Blanco White, Bartolomé José Gallardo, Antonio José de Irisarri, Servando Teresa

de Mier, José Joaquín de Olmedo, Vicente Rocafuerte e muitos outros cuja simples menção é altamente evocativa.

Na publicação *Cartas a Bello em Londres. 1810-1829*, publicadas sob direção de Sergio Fernández Larraín, há testemunhos interessantes e às vezes comoventes daquele período. Conhecemos também as relações de Bello com James Mill, o qual, em determinado momento, ajudou-o financeiramente quando o encarregou da difícil tarefa de decifrar os manuscritos de Bentham. De qualquer maneira, Bello certamente não tinha como sobreviver com os magros e irregulares pagamentos que recebia como secretário de algumas missões diplomáticas latino-americanas ou com o subsídio de alguma nação em particular (por exemplo, o governo argentino enviou-lhe 150 libras numa ocasião, com a promessa de repetir o pagamento anualmente, o que acontecimentos posteriores impediram que se mantivesse). Ele supriu esses parcos rendimentos com aulas particulares ou trabalhos editoriais (revisou uma versão em espanhol da Bíblia), mas a soma desses recursos o mantinha abaixo de uma vida digna.

Em todo caso, Bello viveu com intensidade um momento muito especial na transformação do Velho Mundo, sobretudo da Grã-Bretanha. No breve espaço disponível aqui, só é possível listar, sumariamente, um número de fatores, protagonistas e fatos, de variada importância, que coincidiram com a estada de Bello em Londres. Entre esses, incluem-se as notícias sobre as vicissitudes da epopeia de emancipação da América Latina – declarações de independência, movimentos de restauração, a Batalha de Ayacucho, o Congresso do Panamá e o reconhecimento de algumas nações pelos Estados Unidos. Na Europa, houve o Congresso de Viena e o romantismo. No que diz respeito particularmente à Grã-Bretanha, sua população atingiu a marca de 20 milhões de habitantes, sua produção de carvão chegou a oito milhões de toneladas e sua frota mercante, que já incluía navios a vapor, totalizou cerca de 2,5 milhões de toneladas.

Indústrias metalúrgicas e têxteis expandiram-se a taxas sem precedentes, e o processo de industrialização, como era previsível, estendeu-se à imprensa. Em poucos anos, houve uma profusão de jornais diários e revistas, com incremento da competição e diminuição de preços; o *Manchester Guardian*, o *Sunday Times*, o *Evening Standard* e a *Westminster Review* datam dessa época. Londres tornou-se a primeira cidade com mais de um milhão de habitantes e, a partir de 1812, os avanços surpreendiam igualmente londrinos e estrangeiros, que viam suas ruas transformarem-se em vias públicas como resultado daquela maravilha das maravilhas: a iluminação a gás. Discutiam-se autores, ideias e livros; Humboldt, o jovem gênio que Bello conhecera em Caracas, Goethe, Byron, Shelley, Malthus e Ricardo eram notícia; debatiam-se temas como autoritarismo, democracia e liberalismo; notícias do continente sugeriam que os princípios de nacionalidade estavam prevalecendo sobre os de legitimidade.

Apesar das dificuldades e sem descuidar dos eventos, relevantes ou não, ao seu redor, Bello começa a trabalhar em empreendimentos culturais grandiosos, solitariamente ou com uns poucos colaboradores, nos quais deixaria marcas permanentes. Com Juan García del Rio, lança a *Biblioteca americana* (1823), publicação que constituiu, nas palavras de Rafael Caldera em sua "homenagem", na introdução à reedição em fac-símile ainda hoje utilizada, "o primeiro e mais audacioso trabalho cultural 'eminentemente americano' jamais desenvolvido da Europa". Concebida por um pequeno grupo de indivíduos educados no Novo Mundo, a revista destinava-se a todos os povos *hermanos* da América com o objetivo de contribuir com a "difusão dos frutos autênticos e duráveis do saber e de uma liberdade racional". Basta folhear rapidamente as páginas da revista para dar-se conta da variedade de temas de seus bravos editores: literatura, artes, ciências, técnicas, documentos históricos etc., e os assuntos mencionados acima refletem o espírito que animava esse corajoso empreendimento. O primeiro

lançamento foi encabeçado por *Alocução à poesia* , do próprio Bello, que figura hoje em todas as antologias. Uma variedade de outros artigos viria, como *O repertório americano* (1826-1827). Caldera nota com admiração que, a despeito do esforço para ganhar a vida, Bello sempre esteve disposto a dedicar muito de seu tempo a atividades direta ou indiretamente ligadas à emancipação intelectual do Novo Mundo. Em contraste – e este talvez seja um de seus traços mais característicos –, ele viveu intensamente nessa atmosfera de estímulo intelectual na qual germinam e se propagam ideias novas, iniciativas, investigações e descobertas. Ali, formou pouco a pouco sua personalidade, acumulou impressionante estoque de conhecimento, aperfeiçoou seus métodos, aguçou sua sensibilidade, fez descobertas, comparações e sonhou. Possuidor de profunda vida interior, sentiu que construía gradualmente um suprimento íntimo de sabedoria, ao mesmo tempo vigoroso e refinado, que um dia poderia dedicar ao serviço de seu país.

Uma breve referência a alguns dos muitos componentes de sua substancial cultura incluiria seu interesse no empirismo inglês e no pensamento utilitarista; também no "radicalismo" inglês, que conheceu durante suas longas estadas às margens do Tâmisa, não apenas por suas frequentes visitas, como ávido leitor, ao Museu Britânico e a seus periódicos, mas também, e sobretudo, diretamente por meio de suas relações com alguns pensadores como James Mill. Essas escolas de pensamento foram pouco conhecidas na época entre latino-americanos, cujos interesses filosóficos haviam mudado, quase imperceptivelmente, do Iluminismo para as teorias dos Ideólogos, enquanto conservavam o pensamento tradicional como pano de fundo. Tais relações podem explicar, parcialmente, seu permanente interesse nas ciências físicas e naturais e nos temas atuais derivados da dinâmica expansão da revolução agrícola e industrial que trazia fortes mudanças nas condições de vida e nos costumes dos habitantes da cidade e do país. Essas

mudanças devem tê-lo estimulado, mais tarde, a escrever sua *Cosmografia* e numerosos artigos, como os reunidos no volume XX de suas *Obras completas*. Muitos de seus primeiros artigos também mostram o entusiástico interesse no trabalho de Humboldt, destinado a ter vida longa, publicado que foi no *Repertório americano*. Posteriormente, Bello contribuiu com muitos artigos para *El Araucano* (veja as edições de 16 e 30 de agosto de 1831 e 21 de janeiro de 1832). Em um desses artigos, observa, por exemplo, que "um curso de física é indispensável para completar a educação preparatória, porque, sem qualquer noção do que é a natureza, o campo de aplicação dos conhecimentos fica bastante restrito". Antes de prosseguir, notemos, a esse propósito, que as preocupações científicas de Bello constituem um aspecto relativamente negligenciado até agora, mas crucial para o pleno entendimento de sua formação e de sua atividade educacional. E é claro que essas influências filosóficas, ao lado de outras como as das escolas Eclética e Escocesa, estão presentes em sua *Filosofia do entendimento*, sobre a qual não podemos nos deter aqui, bastando recorrer à opinião autorizada de José Gaos de que ela "é, sem dúvida, o mais importante trabalho desse tipo na literatura americana".

Toda a sua vida esteve, até então, sob o signo da incerteza. São numerosos seus apelos e tentativas junto às autoridades e aos amigos do Rio da Prata ou de Nova Granada para retornar ao Novo Mundo, explicando suas necessidades e dificuldades; mas por muitos anos não obteve resultados. Suas relações com Mariano de Egaña, retardadas em razão de alguns equívocos iniciais, finalmente tornou-se uma amizade sincera. Convencido dos potenciais benefícios para o Chile de um homem com a capacidade e a experiência do modesto secretário da delegação, Mariano de Egaña propôs ao Ministério de Assuntos Exteriores de seu país a convocação de Bello.

Assim que sua transferência para a América do Sul foi acordada, Bello preparou-se para ocupar seu novo posto em um país no

qual nunca havia vivido. Seus sentimentos contraditórios são admiravelmente expressos num fragmento de uma carta escrita às vésperas de sua partida, citada por Rodríguez Monegal: "Aguardo com impaciência o esperado rompimento e minha saída desta cidade, que, por muitas razões, é odiosa para mim e, por muitas outras, é merecedora de meu amor".

Após a longa travessia marítima, Bello chegou a Santiago acompanhado de sua família e pertences, dos quais os livros formavam a maior parte. Ao completar 50 anos, Bello estava começando uma nova vida.

Sua vida no Chile

Quando Bello chega a Valparaíso, em 25 de junho de 1829, o Chile atravessa momento excepcional de sua história, com mudanças de longo alcance em suas estruturas socioeconômicas, políticas e institucionais, que se somavam às substanciais modificações nos níveis cultural e educacional. É a época da grande expansão da indústria de mineração, que dinamiza toda a economia. Essa inesperada prosperidade permite, em certo sentido, restaurar um clima de maior estabilidade, no qual se instaura rapidamente um novo equilíbrio entre os diversos grupos de interesse, sejam rurais ou comerciais. A Batalha de Lircay marca o fim de um ciclo: logo após a derrota dos liberais (chamados *pipiolos*) para os conservadores (*pelucones*), o general Joaquín Prieto ocupa o poder e, assessorado por Diego Portales como ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros, executa um programa que, basicamente, consistia na restauração da lei e da ordem. A Constituição centralizadora de 1833, baseada no sufrágio limitado, afasta-se sensivelmente da precedente, mais democrática. Favorecem-se os setores conservadores tradicionais, mas, como já se apontou, seu rigor também beneficia todos os setores produtivos, já que o advento de uma república autoritária, sob firme comando presidencial, serve

para consolidar a ordem, organizar as finanças públicas e a disciplina no Exército, até então fator de instabilidade.

A vitória na guerra contra a Confederação Peruano-boliviana (deflagrada por Portales, assassinado na véspera do início das hostilidades) contribui também para fortalecer as instituições chilenas. À pacificação sucede uma etapa de inconstestável prosperidade e prudente liberalização, qual torna possível modernizar as instituições, além de oferecer um clima mais favorável para atrair intelectuais e cientistas (Andrés Bello, José Joaquín de Mora, Guillermo A. Blest, Leopoldo Sazie e outros). Estabilidade e garantias democráticas atraíram muitos exilados políticos, sobretudo dos países vizinhos (Juan García del Río, Juan Carlos Gómez, Domingo F. Sarmiento, Vicente F. López, Juan B. Alberdi etc.), que tiveram papel tão fecundo quanto relevante na educação e na imprensa. Para entender os acontecimentos que se seguiram, temos que considerar as várias linhas de influência ideológica e voltar, na área de educação, à existência do Instituto Nacional, que ministrou educação superior de caráter profissional; à velha Universidade de San Felipe, nos últimos estágios de declínio e, em nível secundário, ao Liceu, impregnado do espírito liberal de seu diretor, J.J. de Mora, e também ao Colégio de Santiago, mais conservador, dirigido por Andrés Bello. Cabe acrescentar que havia um clima estimulante, sustentado pela atividade dos exilados, uma profusão de publicações, de debates e de iniciativas de modernização intelectual.

Brevemente, deve ser dito que o venezuelano Andrés Bello caminhou, gradualmente, e por seu próprio mérito, para um lugar de crescente importância na sociedade chilena. O fato de que ele era formidavelmente bem versado em uma variedade de disciplinas, somado, sobretudo, a uma formação sólida, habilitou-o a desempenhar papel de projeção na vida institucional e política como senador e oficial-sênior do Ministério de Relações Exteriores. No jornalismo, distinguiu-se como constante colaborador na imprensa

combativa do período, particularmente em *El Araucano*. Quanto ao importante papel na cultura e na educação, foi reitor da universidade e autor de trabalhos de duradouro valor e amplitude, como a sua *Gramática da língua castelhana destinada ao uso dos americanos*, *Princípios de direito internacional*, *Projeto de Código Civil* e *Filosofia do entendimento*, para citar apenas uns poucos trabalhos básicos e em disciplinas variadas, sem mencionar suas significativas contribuições literárias como escritor crítico.

A universidade

Por força dos artigos 153 e 154 da Constituição de 1833 e da Lei de 19 de novembro de 1842, a Universidade do Chile foi fundada sob uma linha centralista, seguindo o modelo geralmente denominado napoleônico, isto é, como o corpo responsável por todas as atividades educacionais, em todos os níveis, uma espécie de Ministério da Instrução Pública, ou da educação, como chamamos hoje. Dessa forma, foram lançadas as bases da missão educadora do Estado. Deve ser enfatizado que, elevada a essa posição, a universidade tornou-se o órgão superior encarregado de elaborar as políticas educacionais e organizar os estabelecimentos de ensino. Um traço peculiar da universidade foi o fato de ela não desempenhar diretamente a função de ensino, mas limitar seu papel à supervisão e nomeação de professores.

A velha Universidade de San Felipe foi fechada depois de longo processo de declínio (que não caberia esmiuçar aqui) e substituída por uma nova instituição, inaugurada com fausto em 17 de setembro de 1843. Ao contrário do que comumente se diz, não há nenhuma continuidade entre as duas instituições, a despeito das aparências (incorporação dos professores doutores de San Felipe, presença do reitor anterior, Juan Francisco Meneses, no conselho da nova universidade etc.). A ruptura é clara, como pode ser facilmente inferido das funções, organização e objetivos da recém-

fundada universidade, e, principalmente, do espírito que a invadiu. Andrés Bello, cuja participação foi decisiva em toda a operação, foi indicado reitor e ao mesmo tempo membro das faculdades de direito e ciências políticas e de filosofia e artes.

De particular importância foi o discurso inaugural de Bello. Continha uma sistematização de muitas de suas ideias sobre educação, particularmente a superior, de elevado e amplo alcance teórico, o que era esperado de um humanista de seu calibre. Ao mesmo tempo, revelava sua urgente reflexão sobre as implicações sociais e os problemas específicos da universidade como ele a via naquele período e naquele lugar, isto é, firmemente ancorada na realidade. Algumas passagens só podem ser entendidas à luz da situação contemporânea, como uma resposta implícita a questões e preocupações intuitivas. Por exemplo:

> As universidades e comunidades literárias são instrumentos adequados para a difusão do Iluminismo? Eu posso solidamente conceber uma dúvida acerca disso, em uma era que é, por excelência, de associação e representação; em uma era marcada pela proliferação de sociedades de agricultura, comércio, indústria e bem-estar público; em uma era de governo representativo. Europa e Estados Unidos da América, nossos modelos, sob muitos aspectos, devem-nos a resposta a essas questões.

Dessa maneira, ele estava respondendo àqueles que, como descritos por Miguel Luis Amunátegui, ainda advogavam, naquele tempo, a estranha teoria de que "instrução corrompe em vez de aperfeiçoar a alma, e alimenta extravagantes e perniciosas pretensões, em vez de encorajar o povo, leva-o a desistir de tranquilizar-se no trabalho honesto". Bello continua:

> Se a difusão do conhecimento é uma de suas mais importantes razões de ser, pois sem ela as belas letras seriam apenas pontos de luz esparsos na escuridão, as sociedades, com as quais estamos em débito pela rapidez da comunicação em termos de letras, prestam serviço inestimável ao progresso das ideias e à humanidade. Assim que uma nova verdade germina na mente de um indivíduo, torna-se propriedade de

> toda a comunidade letrada. Os eruditos de Alemanha, França e Estados Unidos apreciam seu valor, suas consequências e aplicações. Sem essa disseminação do conhecimento, as academias e universidades são igualmente as depositárias que continuamente acumulam todas as recentes descobertas científicas, que então delas se propagam mais facilmente para alcançar as várias classes da sociedade. A Universidade do Chile foi fundada com essa proposta. Se ela alcança os fins almejados pela lei que instituiu sua nova forma, e satisfaz os desejos de seu governo, será um significativo centro de comunicação e disseminação.

Mas o principal interesse na educação superior ou universitária não implicava, em sua visão, qualquer descaso com o ensino básico:

> Certamente estou entre os que se preocupam com a instrução geral, a educação do povo, como um dos assuntos mais importantes e prioritários entre os quais o governo deve dirigir sua atenção; como uma primeira e urgente necessidade; como a base de todo progresso autêntico; como o cimento essencial às instituições republicanas [...] Longe de mim a ideia de dizer que o cultivo das artes e das ciências trazem, necessariamente, em seu rastro, a expansão da educação elementar; não há, contudo, qualquer dúvida de que as ciências e as artes possuem uma tendência natural à difusão quando não são colocados obstáculos artificiais em seu caminho [...].
>
> Portanto, a lei, ao criar essa nova universidade, procurou não apenas contar com a natural tendência do conhecimento à difusão, dado que a impressão gráfica a proporciona com vigor e rapidez sem precedentes; ela também articulou intimamente dois tipos de educação, criando uma seção da universidade com a especial responsabilidade pelo ensino básico, supervisionando sua operação, ajudando-a a se expandir e contribuindo para seu progresso.

Tendo explanado essas posições e a articulação do novo sistema proposto pela lei, Bello desenvolve sua concepção de universidade:

> A universidade também estudará os traços específicos da sociedade chilena do ponto de vista econômico – setor que apresenta problemas não menos vastos e de difícil solução. A universidade examinará os resultados das estatísticas chilenas, contribuirá para desenvolvê-las e interpretará, a partir de seus números, a expressão de nossas necessidades materiais. Por isso, como em outras áreas, o programa da universidade é integralmente chileno. Se pegamos emprestado

deduções científicas da Europa é para aplicá-las ao Chile. Todos os caminhos pelos quais ela propôs a pesquisa direta por seus membros e os cursos elaborados convergem num único ponto: nossa terra nativa [...] Similarmente, as ciências médicas investigarão as modificações específicas de impacto no ambiente, nos costumes e na alimentação dos chilenos; assentarão as regras de higiene e saúde pública e privada; buscarão identificar as causas secretas das epidemias e suas mazelas, e se esforçarão ao máximo para que esses conhecimentos dos meios simples de preservação e restauração da saúde se difundam por todo o país mediante campanhas. Para mim, é desnecessário listar os usos positivos das ciências físicas e matemáticas, suas aplicações à nascente indústria, que lança mão somente de métodos simples, rudimentares, sem procedimentos claros, sem máquinas, até mesmo sem as ferramentas mais corriqueiras; suas aplicações à produção de minérios de uma terra cruzada por veios de metal, a um solo rico em recursos vegetais e substâncias nutritivas, a um solo no qual a ciência mal estudou?

Contudo, aplicações práticas não devem confundir-se com 'as apalpadelas do empirismo cego', haja vista que 'conhecimentos gerais só adquirem clareza e precisão nos conhecimentos especializados'.

Como humanista, precocemente Bello enfatizou o valor das disciplinas de formação, entre as quais

> [...] o estudo de nossa língua parece-me ser dos mais importantes. Eu jamais defenderia um purismo excessivo que condenasse qualquer inovação ao padrão da língua. Ao contrário, acredito que o grande número de novas ideias que constantemente passam do uso letrado à circulação geral impõe novas formas para sua expressão [...] A língua pode ser ampliada e enriquecida, e ela pode ser adaptada a todas as necessidades da sociedade e aos usos da moda, os quais exercem uma inquestionável influência sobre a literatura sem adulterá-la, sem corromper sua construção e sem violar seu espírito intrínseco.

Bello também tinha antecipadamente apontado para a responsabilidade política da universidade em consolidar instituições e para as ações preliminares corretivas a serem tomadas: "Nós precisamos purificá-la dos defeitos adquiridos sob a desafortunada influência do despotismo".

Esses poucos fragmentos do histórico discurso de Bello não requerem comentários, mas é preciso reconhecer que eles projetam algo absolutamente distinto do convencional, imagem equivocada de um Bello mais amigo das artes que das ciências, mais interessado em ideias e teorias que em suas aplicações práticas, e mais preocupado com a educação superior do que com a educação popular. Acima de tudo, eles contrastam com a visão comum de um rígido "conservadorismo" nos padrões de língua.

Se abstrairmos o contexto histórico no qual certas ideias são expressas, podemos perder seu significado, particularmente no ponto em que elas estejam incorporadas à panóplia teórica dos filósofos da educação, e podem parecer, com o tempo, "naturais".

Isso está bem ilustrado no discurso de Diego Barros Arana por ocasião do quinquagésimo aniversário da Universidade do Chile:

> Alguns acreditavam que, por proclamar a liberdade de debate, a universidade estaria pondo em perigo a sobrevivência das ideias tradicionais que foram tomadas como a base da ordem social. Outros sustentavam que a nova instituição, ao impor suas doutrinas, acabaria por amarrar as asas do pensamento e tornar-se-ia, mais ou menos abertamente, o principal suporte do velho regime intelectual que a revolução política e social de 1810 não havia conseguido modificar. Andrés Bello empenhou-se para demonstrar que entre aquelas tendências extremas repousava um vasto campo de ação para a universidade e dirigiu o movimento universitário no único curso então reconciliável com o estado embrionário de nossa cultura intelectual. Seu trabalho foi o de iniciar, preparando o terreno para um progresso mais firme e sustentado.

Educação básica

O interesse de Bello pela educação elementar vem de longa data. Breve referência pode ser feita a um artigo citado por J.C. Jobet (*El Araucano*, 5 e 12 de agosto de 1836), que acreditamos ilustrar muito bem esse ponto:

> O direito dos governos de intervir em matéria de tal importância não poderia ser subestimado. Estimular a criação de instituições públicas

> destinadas a uma pequena fração da população não é promover a educação, pois não basta formar pessoas para o exercício de altas funções. É necessário também educar cidadãos úteis, melhorar a sociedade, e isso não pode ser feito sem abrir os campos do progresso à maioria das pessoas. Que bem nos faria ter oradores, juristas e homens públicos se a grande massa da população vive mergulhada nas sombras da ignorância, privada de seu direito de compartilhar do comércio e da riqueza e incapaz de ascender ao bem-estar a que as pessoas estão autorizadas a esperar de um Estado? Falhar em dedicar atenção aos meios mais adequados para educar o povo seria o equivalente a não dar atenção à prosperidade nacional.

Essa preocupação, com sua abrangente perspectiva, conduziu a um extraordinário número de iniciativas. Para tomar apenas uma delas, uma competição foi realizada para premiar os melhores trabalhos sobre os seguintes temas:

a) a influência da educação primária nos costumes, moralidade pública, indústria e no desenvolvimento geral da prosperidade da nação;

b) a maneira pela qual ela deveria ser organizada, tendo em vista as necessidades do país;

c) o melhor sistema de financiamento para manter essa educação.

Os resultados da competição são bem conhecidos e foram extensivamente descritos pelo presente autor em outras ocasiões. O primeiro prêmio foi para Miguel Luis e Gregorio Victor Amunátegui por seu trabalho *Da instrução primária: o que é, o que deveria ser*; e o segundo, para Domingo F. Sarmiento, por seu estudo *Educação comum,* trabalhos que influenciaram fortemente o ulterior desenvolvimento da educação básica no Chile.

Outras questões educacionais

Bello preocupou-se igualmente com a educação secundária da qual ele possuía uma concepção bem moderna, evidenciada em seu conselho de que ela não deveria ser vista como "mera pre-

paração para as carreiras profissionais, nem como meio de ingressar na universidade, nem como um fim em si mesma".

Uma exaustiva exposição das concepções de Bello em matéria de educação demandaria descrição detalhada de seu interesse em uma pedagogia adequada à América do Sul, nas ligações gerais entre educação e trabalho, nos conteúdos e métodos de ensino, na preparação de livros didáticos para todos os níveis do sistema educacional, no que hoje chamaríamos popularização da ciência e assim por diante. Seria necessário, sobretudo, analisar a concepção que ele tinha do direito à educação e das relações entre educação e a produção na perspectiva de uma contínua democratização da sociedade. Mencionemos simplesmente as propostas que resumem bem seu pensamento:

> Governos republicanos são nada mais que representantes e agentes da vontade nacional. Obrigados a seguir as manifestações daquela vontade, eles não podem furtar-se jamais à responsabilidade de realizar o grande projeto de produzir, pela educação, indivíduos criativos e úteis a si próprios e aos outros. Além disso, o sistema de representação democrática habilita os membros da coletividade a participar de forma mais ou menos direta da administração pública; e as pessoas não estarão habilitadas a progredir no âmbito da política a menos que a educação se torne suficientemente difundida, para levar a todos os indivíduos uma verdadeira consciência de seus deveres e direitos, sem a qual é impossível cumprir os primeiros e atribuir aos segundos o valor necessário para que se deseje preservá-los.

Em outra ocasião, Bello destaca a necessidade de colocar a educação

> ao alcance de toda a juventude, quaisquer que sejam suas aptidões e modos de vida, encorajá-la a instruir-se e facilitar a aquisição de conhecimentos pelo incremento do número de instituições de ensino e pela padronização dos métodos. Tais são os meios adequados para dar à educação o impulso que favoreça mais a prosperidade nacional.

Segundo Angel Rosenblat, "para Bello, a língua é o instrumento da instrução cultural". Isso explica o papel atribuído pelo autor de *Alocução à poesia* ao ensino de espanhol em todos os níveis

do sistema educacional. Quando Bello propôs a criação de uma cadeira de Gramática Espanhola distinta da existente de Gramática Latina, estava tomando uma posição racionalista contra aqueles que, considerando legítimo o estudo do idioma de Virgílio, opuseram-se a que o mesmo fosse feito com o de Cervantes, argumentando que a língua-mãe fora aprendida "naturalmente", portanto prescindia da necessidade de regras e normas. Do ponto de vista de Bello, estudar e memorizar o latim não era o bastante para consolidar uma sólida educação moderna. Mas concedendo autonomia ao ensino de espanhol e legislando sobre o uso de novos métodos, fundado sobre uma abordagem científica e não sobre o espontaneísmo e o hábito, ele oferece ao espanhol aquela flexibilidade e graça que, de outra maneira, não se teria atingido se ele tivesse continuado subordinado ao latim ou abandonado à própria sorte. Assim, as ideias de Bello sobre esse tema contribuíram para emancipar esse instrumento de comunicação, que é o idioma. Devemos lembrar, contudo, que para ele a "emancipação" não significava necessariamente "ruptura", mas "recuperação", em outro plano, de uma "continuidade criativa". Sua *Gramática*, mais avançada que a da própria Academia de Letras, basta para ilustrar esse ponto de vista. Não seria apropriado insistir nesse tópico aqui nem na constante preocupação de Bello com o risco de fragmentação linguística do espanhol, nem mesmo sobre suas numerosas obras de filologia, gramática ou de crítica (reunidas em vários volumes de suas *Obras completas*). Esses trabalhos, muito conhecidos, já foram analisados em detalhe e convenientemente por várias gerações de especialistas.

Nem parece apropriado tratar aqui das substanciais contribuições de Bello no campo do direito, cujo pleno entendimento requer que sejam relatadas à luz de suas concepções culturais e de mundo. A esse respeito, seu trabalho jurídico serviu, como lembrado por P. Lira Urquieta, para...

> ... a modernização das noções de autoridade e de ordem, que levavam ainda a marca da retórica colonial. Sem romper com a tradição, ele incitou o amor ao progresso e o fez avançar passo a passo. Ele ajudou a instituir o respeito às leis e a conferir, assim, ao país a estabilidade política sem a qual toda ação está condenada a malograr ou periclitar.

Seu senso político agudo, dos quais suas ideias são testemunho, já se pode notar em alguns de seus primeiros trabalhos, que de outro modo pareceriam de limitado interesse. Em 1830, sobre o tema dos processos públicos, ele rapidamente eleva o nível do debate ao anunciar uma série de princípios gerais, que evocam:

> [...] a falta de harmonia entre as instituições recentes e as antigas estruturas, do que se infere que toda desordem só poderá piorar nossa situação pelo simples fato de substituir um sistema por outro, e que o melhor remédio para os inconvenientes de uma constituição que vacila, por não ter tido tempo ainda de se consolidar, é mantê-la a todo custo, aperfeiçoá-la progressivamente e, acima de tudo, ajustar a ela os demais aspectos de nossa organização política.

Temos aqui, claramente, como já apontado por P. Lira Urquieta, "em embrião, as principais linhas da concepção de Portales: estabelecer um governo forte no Chile, que seria uma espécie de prolongamento de uma monarquia, mas com a forma republicana".

Muito também poderia ser dito sobre as ideias históricas de Bello, reiteradamente publicadas em numerosos trabalhos e abertamente confrontadas com as de seus discípulos José Victorino Latarria e Francisco Bilbao, para os quais o romantismo social abria novos horizontes. Qualquer acréscimo aos vários aspectos apresentados acima – como sua participação nas controvérsias de seu tempo (sobre o romantismo, a língua e a ortografia), algumas delas memoráveis por causa das personagens envolvidas e do alto nível de alcance teórico – nos desviaria da proposta essencial deste artigo, que é mostrar o papel representado pelas ideias educacionais de Bello em seu tempo.

Andrés Bello morreu em Santiago do Chile em 15 de outubro de 1865.

TEXTOS SELECIONADOS[3]

Discurso pronunciado por ocasião da instalação da Universidade do Chile, em 17 de setembro de 1843

Exmo. Senhor Patrono da Universidade:

Senhores:

O Conselho da Universidade encarregou-me de expressar, em seu nome, nosso profundo reconhecimento pelas distinções e confiança com que o governo nos honrou dignar. Devo também fazer-me intérprete do reconhecimento da universidade pela expressão de benevolência com que nos brindou o senhor ministro da Instrução Pública ao aludir a seus membros. Quanto a mim, não é demasiado afirmar que devo essas distinções e confiança muito menos a minhas aptidões e forças que a meu antigo zelo (esta é a única qualidade que me posso atribuir, sem presunção) pela difusão das luzes e dos saudáveis princípios, e à dedicação laboriosa com que tenho seguido em alguns ramos de estudo, não interrompidos em qualquer época de minha vida, sem os deixar de lado em meio a outras tarefas. Sinto o peso dessa confiança; conheço a intenção das obrigações que impõe; compreendo a magnitude dos esforços que exige. Responsabilidade esta que muito pesaria se recaísse sobre um único indivíduo, uma inteligência de outra ordem e muito mais bem preparada do que poderia estar a minha.

[3] O texto desta Antologia reproduz na íntegra o original publicado em Grases, Pedro. *Antologia de Andrés Bello*. Caracas, Venezuela: Editorial Kapelusz Venezolana S.A., 1964, pp. 95-109.

Porém, o que me anima é a cooperação de meus distintos colegas de Conselho e todo o corpo da universidade.

A lei (afortunadamente para mim) quis que a direção dos estudos fosse obra comum desse corpo. Com a assistência do Conselho, com a atividade ilustrada e patriótica das diferentes faculdades, sob os auspícios do governo e a influência da liberdade, espírito vital das instituições chilenas, me é lícito esperar que o caudal precioso de ciência e talento que esta universidade já possui, aumentará e se difundirá velozmente, em benefício da religião, da moral e mesmo da liberdade e dos interesses materiais.

A universidade, senhores, não seria digna de ocupar um lugar em nossas instituições sociais se (como murmuram alguns ecos obscuros de declamações antigas) o cultivo das ciências e das letras pudesse ser visto como perigoso de um ponto de vista moral ou político. A moral (que eu não separo da religião) é a própria vida da sociedade; a liberdade é o estímulo que impõe saudável vigor e fecunda atividade às instituições sociais. O que turva a pureza da moral, o que trava o ordenado, porém livre, desenvolvimento das faculdades individuais e coletivas da humanidade, e mais, o que as exercita de modo infrutífero, não deve ser incorporado por um governo sadio à organização do estado. Mas neste século, no Chile, nesta reunião que eu vejo como uma homenagem solene à importância da cultura intelectual; nesta reunião que, por uma coincidência significativa, é a primeira das pompas que saúdam o glorioso dia da Pátria, o aniversário da liberdade chilena, não me creio chamado a defender as ciências e as letras contra os paralogismos do eloquente filósofo de Genebra, nem contra os receios de espíritos assustados que, com os olhos fixos nos escombros que fizeram soçobrar o navegante presunçoso, não queriam que a razão deslocasse jamais as velas e de boa vontade a condenariam a uma inércia eterna, mais perniciosa que o abuso das luzes às próprias causas que advogam. Não para refutar o que tem sido mil vezes refutado, mas

para manifestar a correspondência que existe entre os sentimentos que acaba de expressar o senhor ministro da Instrução Pública e os que animam a universidade. Permitam que acrescente algumas ideias gerais sobre a influência moral e política das ciências e das letras, sobre o ministério dos corpos literários e sobre os trabalhos especiais a que me parecem destinadas nossas faculdades universitárias no presente estágio da nação chilena.

Os senhores o sabem: todas as verdades se tocam, das que formulam os rumos do mundo no mar aberto do espaço; das que determinam as agências maravilhosas das quais dependem o movimento e a vida no universo da matéria; das que resumem a estrutura do animal, da planta, da massa orgânica que pisamos; das que revelam os fenômenos íntimos da alma no teatro misterioso da consciência até as que expressam as ações e reações das forças políticas, até as que determinam as condições precisas para o desenvolvimento das sementes industriais, até as que dirigem e fecundam as artes. Os adiantamentos em todas as linhas chamam-se uns aos outros, encadeiam-se, empurram-se. E quando digo "os adiantamentos em todas as linhas", compreendo, sem dúvida, os mais importantes à sorte do gênero humano, os adiantamentos na ordem moral e política. A que se deve esse progresso de civilização, essa ânsia por melhorias sociais, essa sede de liberdade? Se quisermos sabê-lo, comparemos a Europa e a nossa afortunada América aos sombrios impérios da Ásia em que o despotismo faz pesar seu cetro de ferro sobre pescoços de antemão encurvados pela ignorância, ou com as hordas africanas em que o homem, apenas superior aos animais, é como eles um artigo de tráfico para seus próprios irmãos. Quem apregoou na Europa escravizada as primeiras centelhas de liberdade civil? Não foram as letras? Não foi a herança intelectual de Grécia e Roma, reclamada, depois de uma longa época de obscuridade, pelo espírito humano? Ali teve início esse vasto movimento político que restituiu os títulos de in-

genuidade a tantas raças escravas; esse movimento que se propaga em todos os sentidos, acelerado continuamente pela imprensa e pelas letras, cujas ondulações, aqui rápidas, acolá lentas, em todas as partes necessárias, fatais, venceram por fim as quantas barreiras se lhes opuseram e cobriram a superfície do globo. Todas as verdades se tocam, e eu estendo essa assertiva ao dogma religioso, à verdade teológica. Caluniam, não sei se à religião ou às letras, os que imaginam possa haver uma antipatia secreta entre aquela e estas. Eu creio, ao contrário, que existe e que não pode deixar de existir uma aliança estreita entre a revelação positiva e essa outra revelação universal que fala a todos os homens no livro da natureza. Se entendimentos estrábicos abusaram de seus conhecimentos para impugnar o dogma, o que isso prova senão a condição das coisas humanas? Se a razão humana é débil, se tropeça e cai, tanto mais necessário é ministrar a ela alimentos substanciosos e apoios sólidos. Porque extinguir essa curiosidade, essa nobre ousadia do entendimento que a faz enfrentar os mistérios da natureza, os enigmas do futuro, não é possível sem fazê-lo, ao mesmo tempo, incapaz de todo o grande, insensível a tudo que é belo, generoso, sublime, santo; sem envenenar as fontes da moral; sem afetar e envilecer a própria religião. Eu disse que todas as verdades se tocam, e ainda não acredito ter dito o suficiente. Todas as faculdades humanas formam um sistema em que não pode haver regularidade e harmonia sem o concurso de cada uma. Não se pode paralisar uma fibra (permitam-me dizê-lo assim), uma só fibra da alma sem que todas as outras adoeçam.

As ciências e as letras, além desse valor social, dessa importância que podemos chamar instrumental, desse verniz de amenidade e elegância que dão às sociedades humanas, e que devemos também contar entre seus benefícios, têm um mérito seu, intrínseco, pelo fato de aumentarem os prazeres e gozos do indivíduo que as cultiva e as ama; prazeres esquisitos, a que não chega o delírio dos sentidos [...].

As ciências e a literatura trazem em si a recompensa dos trabalhos e vigílias que a elas se consagram. Não falo da glória que ilustra as grandes conquistas científicas, não falo da auréola de imortalidade que coroa as obras de gênio. A poucos é permitido esperálas. Falo dos prazeres mais ou menos elevados, mais ou menos intensos, que são comuns a todos os níveis da república das letras. Para o entendimento, como para as outras faculdades humanas, a atividade em si mesma é um prazer; prazer que, como disse um filósofo escocês[4], sacode aquela inércia a que de outro modo nos entregaríamos, para prejuízo nosso e da sociedade. Cada senda que as ciências abrem ao entendimento cultivado apresenta perspectivas encantadas; faz descobrir um tipo ideal de beleza, até estremecer deliciosamente o coração humano, criado para admirá-la e senti-la. O entendimento cultivado ouve, no retiro da meditação, as mil vozes do coro da natureza; mil visões peregrinas revoluteiam ao redor da lâmpada solitária que ilumina as suas vigílias. Apenas para ele a ordem da natureza se desenvolve em larga escala; apenas para ele a criação se enfeita em toda a sua magnificência, com todos seus adornos. Mas as letras e as ciências, ao mesmo tempo em que propiciam um delicioso exercício do entendimento e da imaginação, elevam o caráter moral. Elas debilitam o poder das seduções sensuais, desarmam as vicissitudes da fortuna da maior parte de seus terrores. Elas são (depois da humilde e contente resignação da alma religiosa) o melhor preparativo para a hora da desgraça. Elas levam o consolo ao leito do enfermo, ao asilo do proscrito, ao calabouço, ao cadafalso. Sócrates, às vésperas de beber a cicuta, ilumina seu cárcere com as mais sublimes especulações que nos deixou a Antiguidade gentílica sobre o futuro dos destinos humanos. Dante compõe no desterro sua Divina Comédia, Lavoisier pede a seus verdugos um breve prazo para terminar uma investigação importante, Chénier,

---

[4] Tomás Brown (N. do próprio Bello).

aguardando por instantes a morte, escreve seus últimos versos, que deixa incompletos para marchar ao patíbulo:

> Qual raio último
> Qual aura que anima
> o último instante
> de um lindo dia,
> ao pé do cadafalso
> ensaio minha lira.

Tais são as recompensas das letras, tais são seus consolos. Eu mesmo, ainda seguindo de tão longe seus favorecidos adoradores, pude participar de seus benefícios, saborear seus gozos. Elas adornaram de albores alegres a manhã de minha vida, e conservam, no entanto, alguns matizes à alma, como a flor que embeleza as ruínas. Elas fizeram ainda mais por mim: alimentaram-me em minha longa peregrinação e encaminharam meus passos a este solo de liberdade e paz, a esta pátria adotiva que me dispensou uma hospitalidade tão benévola.

Há outro ponto de vista que talvez nos leve a lidar com preocupações específicas. As universidades, as corporações literárias – elas são um instrumento adequado para a propagação das Luzes? Mas apenas concebo que pode haver essa pergunta em uma idade que é, por excelência, a idade da associação e da representação; em uma idade em que pululam por todas as partes as sociedades de agricultura, de comércio, de indústria, de beneficência; na idade dos governos representativos. A Europa, os Estados Unidos da América, nossos modelos sob tantos aspectos, responderão a ela.

Se a propagação do saber é uma de suas condições mais importantes, porque sem ela as letras não fariam mais que oferecer uns poucos pontos luminosos em meio a densas penumbras, as corporações a que devemos, principalmente, a rapidez das comunicações literárias trazem benefícios essenciais à ilustração e à humanidade. Nem bem brota no pensamento de um indivíduo a verdade nova, dela se apodera toda a república das letras. Os sábios da Ale-

manha, da França, dos Estados Unidos apreciam seu valor, suas consequências, suas aplicações. Nessa propagação do saber, as academias, as universidades formam outros tantos depósitos nos quais tendem a se acumular constantemente as aquisições científicas – desses centros se derramam mais facilmente por todas as diferentes classes da sociedade. A Universidade do Chile foi estabelecida com esse objeto especial. Ela, se corresponder às orientações da lei que lhe deu sua nova forma, se corresponder aos desejos de nosso governo, será um corpo eminentemente expansivo e propagador.

Outros pretendem que o fomento dado à instrução científica se deve, de preferência, ao ensino primário. Eu certamente sou dos que olham a instrução geral, a educação do povo, como um dos objetos mais importantes e privilegiados a que o governo pode dirigir sua atenção, como uma necessidade primeira e urgente, como a base de todo progresso sólido, como o cimento indispensável das instituições republicanas. E é por isso mesmo que creio ser necessário e urgente o fomento do ensino literário e científico. Em nenhuma parte, foi possível generalizar a instrução elementar reclamada pelas classes laboriosas, a grande maioria do gênero humano, senão onde floresceram de antemão as ciências e as letras. Não digo que o cultivo das letras e das ciências traga, em si mesmo, como uma consequência precisa, a difusão do ensino elementar, ainda que seja incontestável que as ciências e as letras tenham uma tendência natural a difundir-se quando causas artificiais não as contrariam. O que digo é que a primeira é uma condição indispensável da segunda; que onde não exista uma é impossível que a outra, quaisquer que sejam os esforços da autoridade, se verifique sob uma forma conveniente. A difusão dos conhecimentos supõe um ou mais lugares de onde saia e se reparta a luz, que, estendendo-se progressivamente sobre os espaços intermediários, penetre ao fundo as camadas extremas. A generalização do ensino requer grande número de professores competentemente instruídos, e as

atitudes desses últimos distribuidores são elas mesmas emanações mais ou menos distantes dos grandes depósitos científicos e literários. Os bons professores, os bons livros, os bons métodos, a boa direção do ensino são necessariamente a obra de uma cultura intelectual muito adiantada. A instrução literária e científica é a fonte da qual a instrução elementar se nutre e se vivifica; de modo que, em uma sociedade bem organizada, a riqueza da classe mais favorecida pela fortuna é o manancial de onde deriva a subsistência das classes trabalhadoras, o bem-estar do povo. No entanto, a lei, ao propor de novo a universidade, não quis confiar somente nessa tendência natural da ilustração a difundir-se, já que em nossos dias a imprensa confere força e mobilidade jamais conhecidas: ela uniu intimamente as duas espécies de ensino, ela deu a uma das seções do corpo universitário o encargo especial de zelar pela instrução primária, de observar sua marcha, de facilitar sua propagação, de contribuir com seus progressos. O fomento, sobretudo, da instrução religiosa e moral do povo é um dever que cada membro da universidade se impõe pelo fato de ser recebido em seu seio.

A lei que restabeleceu a antiga universidade sobre novas bases, ajustadas ao estado presente da civilização e às necessidades do Chile, aponta já os grandes temas a que se deve dedicar esse corpo. O senhor ministro, vice-patrono, manifestou também as visões que presidiram a refundação da universidade, os fins que a ela propôs o legislador e as esperanças que é chamada a preencher, e desenvolveu de tal modo essas ideias que, perseverando com elas, apenas me seria possível fazer outra coisa que um ocioso comentário a seu discurso. Acrescentarei, contudo, algumas breves observações que me parecem ter sua importância.

O fomento das ciências eclesiásticas, destinado a formar dignos ministros do culto e, como último resultado, a prover os povos da república da competente educação religiosa e moral, é o primeiro desses objetos e o de maior transcendência. Pois há outro aspecto

pelo qual devemos analisar a consagração da universidade à causa da moral e da religião. Se importa o cultivo das ciências eclesiásticas para o desempenho do ministério sacerdotal, também importa generalizar entre a juventude estudiosa, entre toda a juventude que participa da educação literária e científica, conhecimentos adequados do dogma e dos anais da fé cristã. Não creio ser necessário provar que esta deveria ser parte integrante da educação geral, indispensável a toda profissão e ainda a todo homem que queira ocupar um lugar não ínfimo, mas superior na sociedade.

Na Faculdade de Leis e Ciências Políticas, abre-se um campo muito vasto, o mais suscetível de aplicações úteis. Os senhores ouviram: a utilidade prática, os resultados positivos, as melhorias sociais é o que principalmente o governo espera da universidade, é o que principalmente deve recomendar seus trabalhos à pátria. Herdeiros da legislação do povo-rei, temos que a purgar das manchas que contraiu sob o influxo maléfico do despotismo; temos que esclarecer as incoerências que deslustram uma obra para a qual têm contribuído tantos séculos, tantos interesses alternativamente dominantes, tantas inspirações contraditórias. Temos que a adequar, a restituir às instituições republicanas. Que objeto é mais importante, ou mais grandioso, que a formação, o aperfeiçoamento de nossas leis orgânicas, a severa e pronta administração da justiça, a segurança de nossos direitos, a fé das transações comerciais, a paz dos lares? A universidade, atrevo-me a dizer, não acolherá a preocupação que condena como inútil ou pernicioso o estudo das leis romanas; ao contrário, creio que lhe dará novo estímulo e o assentará sobre bases mais amplas. A universidade provavelmente verá nesse estudo a melhor aprendizagem da lógica jurídica e forense. Ouçamos, sobre esse ponto, o testemunho de um homem a quem, seguramente, não se acusará de parcialidade em relação a doutrinas antigas; um homem que, no entusiasmo da emancipação popular e do nivelamento democrático, chegou talvez ao extremo:

> A ciência imprime no direito sua marca; sua lógica assenta seus princípios, formula os axiomas, deduz as consequências e extrai da ideia do justo, refletindo-a, inesgotáveis desenvolvimentos. Sob esse ponto de vista, o direito romano não reconhece igual. É possível discutir alguns de seus princípios, mas seu método, sua lógica, seus sistema científico o fizeram e o mantêm superior a todas as outras legislações; seus textos são a obra-prima do estilo jurídico; seu método é o da geometria, aplicado em todo seu rigor ao pensamento moral.

A universidade estudará também as especialidades da sociedade chilena sob o ponto de vista econômico, que não apresenta problemas menos vastos nem de menos arriscada resolução. A universidade examinará os resultados da estatística chilena, contribuirá para formá-la e lerá em seus algarismos a expressão de nossos interesses materiais. Porque nesse, como nos outros ramos, o programa da universidade é inteiramente chileno. Se ele toma de empréstimo à Europa as deduções da ciência, é para aplicá-las ao Chile. Todos os caminhos pelos quais se propõe a dirigir as investigações de seus membros, o estudo de seus alunos, convergem a um centro: a pátria.

A medicina investigará, seguindo o mesmo plano, as modificações peculiares que dão ao homem chileno seu clima, seus costumes, seus alimentos; ditará as regras da higiene privada e pública; se esforçará por arrancar às epidemias o segredo de sua germinação e de sua atividade devastadora, e fará o possível para que se difunda aos campos o conhecimento dos meios simples de conservar e reparar a saúde. Devo enumerar agora as utilidades positivas das ciências matemáticas e físicas, suas aplicações a uma indústria nascente que apenas tem em atividade umas poucas artes simples, grosseiras, sem procedimentos bem entendidos, sem máquinas, ainda sem alguns dos mais comuns utensílios? E suas aplicações a uma terra cruzada em todos os sentidos por veios metálicos, a um solo fértil de riquezas vegetais, de substâncias alimentícias, a um solo sobre o qual a ciência há conferido apenas uma rápida olhada?

Assim, fomentando as aplicações práticas, estou muito distante de crer que a universidade adote como sua divisa o mesquinho "cui bono?". E que não aprecie em seu justo valor o conhecimento da natureza em todos os seus variados departamentos. O primeiro porque, para guiar acertadamente a prática, é necessário que o entendimento se eleve aos pontos culminantes da ciência, à apreciação de suas fórmulas gerais – a universidade não confundirá, sem dúvida, as aplicações práticas com as manipulações de um empirismo cego. E o segundo porque, como disse antes, o cultivo da inteligência contemplativa que descerra o véu dos mistérios do universo físico e moral é, em si mesmo, um resultado positivo e da maior importância. Neste ponto, para não me repetir, copiarei as palavras de um sábio inglês que me honrou com sua amizade:

> Tem sido uma preocupação, disse o doutor Nicolas Arnott, o acreditar que as pessoas assim instruídas nas leis gerais tenham sua atenção dividida, e apenas reste tempo para aprender uma coisa perfeitamente. O contrário, sem embargo, é o certo; porque os conhecimentos gerais deixam muito claros e precisos os conhecimentos particulares. Os teoremas da filosofia são outras tantas chaves que nos dão entrada aos mais deliciosos jardins que a imaginação pode figurar; são uma vara mágica que descobre o rosto do universo e nos revela infinitos objetos que a ignorância não vê. O homem instruído nas leis naturais está, por assim dizer, rodeado de seres conhecidos e amigos, enquanto o homem ignorante peregrina por uma terra estranha e hostil. Aquele que, por meio das leis gerais, pode ler no livro da natureza encontra no universo uma história sublime que lhe fala de Deus e ocupa dignamente seu pensamento até o fim de seus dias.

Passo, senhores, ao departamento literário que possui, de um modo particular e eminente, a qualidade de polir os costumes; que afina a linguagem, dela fazendo um veículo fiel, formoso, diáfano das ideias; que, pelo estudo de outros idiomas vivos e mortos, nos põe em comunicação com a Antiguidade e com as nações mais civilizadas, cultas e livres de nossos dias; que nos faz ouvir (não pelo imperfeito meio das traduções, sempre e necessariamente in-

fiéis) vivos, sonoros, vibrantes os acentos da sabedoria e da eloquência estrangeira; que, pela contemplação da beleza ideal e de seus reflexos nas obras do gênio, purifica o gosto e concilia com os sequestros audazes da fantasia os direitos imprescritíveis da razão; que, iniciando ao mesmo tempo a alma em estudos severos, auxiliares necessários da bela literatura e preparativos indispensáveis para todas as ciências, para todas as carreiras da vida, forma a primeira disciplina do ser intelectual e moral, expõe as leis eternas da inteligência a fim de dirigir e afirmar seus passos, e desenvolve os pontos profundos do coração para preservá-lo de extravios funestos, para estabelecer sob sólidas bases os direitos e deveres do homem. Enumerar esses diferentes objetos é apresentar aos senhores, segundo eu o concebo, o programa da universidade na seção de filosofia e humanidades. Entre eles, o estudo de nossa língua me parece de alta importância. Eu não advogarei jamais pelo purismo exagerado que condena todo o novo em matéria de idioma; creio, ao contrário, que a multidão de ideias novas, que passam diariamente do comércio literário à circulação geral, exige vozes novas que as representem. Encontraremos no dicionário de Cervantes e de frei Luis de Granada – não quero ir tão longe –, no dicionário de Iriarte e Moratín, meios adequados, signos lúcidos para expressar as noções comuns que flutuam hoje em dia sobre as inteligências medianamente cultivadas, para expressar o pensamento social? Novas instituições, novas leis, novos costumes; variadas por toda parte aos nossos olhos a matéria e as formas, e velhas vozes, velha fraseologia! Sobre ser desencontrada essa pretensão, porque pugnaria com o primeiro dos objetos da língua, a fácil e clara transmissão do pensamento, seria totalmente inexequível. Pois se pode alargar a linguagem, pode-se acomodá-la a todas as exigências da sociedade, e ainda às da moda, que exerce um império incontestável sobre a literatura, sem adulterá-la, sem viciar suas construções, sem violentar seu gênio. Por acaso é distinta da de

Pascal e Racine a língua de Chateaubriand e Villemain? E não transparece perfeitamente na língua desses dois escritores o pensamento social da França de nossos dias, tão diferente da França de Luís XIV? Há mais: demos espaço a essa espécie de culteranismo[5], demos carta de nacionalidade a todos os caprichos de um extravagante neologismo, e nossa América reproduzirá, em breve, a confusão de idiomas, dialetos e geringonças, o caos babilônico da Idade Média. E dez povos perderão um de seus vínculos mais poderosos de fraternidade, um de seus mais preciosos instrumentos de correspondência e comércio.

A universidade fomentará não só o estudo das línguas, como também o das literaturas estrangeiras. Mas não sei se me engano. A opinião daqueles que acreditam que devemos receber os resultados sintéticos da ilustração europeia, dispensando-nos do exame de seus títulos, dispensando-nos do procedimento analítico, único meio de adquirir verdadeiros conhecimentos, não encontrarão muitos sufrágios na universidade. Respeitando, como respeito, as opiniões alheias, e reservando-me apenas o direito de discuti-las, confesso que tão pouco próprio me pareceria, para alimentar o entendimento, para educá-lo e acostumá-lo às conclusões morais e políticas de Herder, por exemplo, sem o estudo da história antiga e moderna, como a adoção dos teoremas de Euclides sem o prévio trabalho intelectual da demonstração. Eu vejo Herder, senhores, como um dos escritores que tem servido mais utilmente à humanidade: ele tem dado toda sua dignidade à história, nela desenvolvendo os desígnios da Providência e os destinos a que é chamada a espécie humana sobre a Terra. Mas o mesmo Herder não se propôs a suplantar o conhecimento dos fatos, e sim a ilustrá-los, explicá-los; nem se pode apreciar sua doutrina a não ser por

---

[5] S.m.: 1. Excessivo apuro ou afetação, no uso da linguagem. 2. Estilo purístico, afetado (cultismo), cf, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa,* 1975, 1ª. ed., 14ª. impressão, Nova Fronteira.

meio de prévios estudos históricos. Substituí-los por deduções e fórmulas seria apresentar à juventude um esqueleto em vez de um traslado vivo do homem social; seria dar-lhe uma coleção de aforismos em vez de chamar sua atenção para o panorama móvel, instrutivo, pitoresco das instituições, dos costumes, das revoluções, dos grandes povos e dos grandes homens; seria tirar do moralista e do político as convicções, que só podem nascer do conhecimento dos fatos; seria tirar da experiência do gênero humano o saudável poderio de seus avisos, na idade que é, cabalmente, mais suscetível de impressões duráveis; seria tirar do poeta uma inesgotável mina de imagens e cores. E o que eu digo da história me parece aplicável a todos os outros ramos do saber. Desse modo, impõe-se ao entendimento a necessidade de extensos, é verdade, mas agradáveis estudos. Porque nada torna mais desencantador o ensino que as abstrações, e nada o faz mais fácil e ameno que o procedimento que, mobilizando a memória, exercita ao mesmo tempo o entendimento e exalta a imaginação. O raciocínio deve engendrar o teorema; os exemplos gravam profundamente as lições.

Eu poderia, senhores, deixar de aludir nesta resenha, ainda que de relance, à mais fascinante das vocações literárias, ao aroma da literatura, ao capitel coríntio, por assim dizer, da sociedade culta? Poderia, sobretudo, deixar de aludir à excitação instantânea que tem feito aparecer em nosso horizonte essa constelação de jovens ingênuos que cultivam com tanto ardor a poesia? Eu o direi, com ingenuidade: há incorreção em seus versos; há coisas que uma razão castigada e severa condena. Mas a correção é a obra do estudo e dos anos. Quem poderia esperá-la dos que, em um momento de exaltação, poética e patriótica a um só tempo, lançaram-se a essa nova arena, decididos a provar que nas almas chilenas também arde aquele fogo divino que por uma injusta preocupação acreditava-se dele estarem privadas? Mostras brilhantes já a haviam refutado, não limitadas ao sexo que entre nós tem cultivado até

agora, quase exclusivamente, as letras. Eles novamente a têm desmentido. Eu não sei se uma predisposição parcial aos ensaios das inteligências juvenis extravia meu juízo. Digo o que sinto: encontro nessas obras brilhos incontestáveis do verdadeiro talento. E ainda com relação a algumas delas, poderia dizer, do verdadeiro gênio poético. Encontro, em algumas dessas obras, uma criatividade original e rica, expressões muito felizes de atrevimento e (o que parece que apenas pôde dar um longo exercício) uma versificação harmoniosa e fluente que propositalmente busca as dificuldades para lutar com elas, e sai garbosa dessa arriscada prova. A universidade, animando nossos jovens poetas, a eles dirá, talvez:

> Se queres que vosso nome não fique encarcerado entre a Cordilheira dos Andes e o Mar do Sul, recinto demasiado estreito para as aspirações generosas do talento; se queres que a posteridade os leia, faça bons estudos, principiando pelo da língua nativa. Faça mais: trate de assuntos dignos de vossa pátria e da posteridade. Deixa os tons brandos da lira de Anacreonte e de Safo; a poesia do século XIX tem uma missão mais alta. Que os grandes interesses os inspirem. Palpite em vossas obras o sentimento moral. Diga-se a cada um de vós, ao tomar da pena: Sacerdote das Musas, canto para as almas inocentes e puras:
>
> *...musarum sacerdos,*
> *Virginibus puerisque canto.* (Horácio)

E quantos temas grandiosos já não lhes apresenta a vossa jovem república? Celebra seus grandes dias; tece grinaldas a seus heróis; consagra a mortalha dos mártires da pátria.

A universidade recordará ao mesmo tempo à juventude aquele conselho de um grande mestre de nossos dias: "É preciso, dizia Goethe, que a arte seja a regra da imaginação e a transforme em poesia".

A arte! Ao ouvir essa palavra, ainda que tomada dos lábios mesmo de Goethe, haverá alguns que me coloquem entre os partidários das regras convencionais, que usurparam muito tempo esse nome. Protesto solenemente contra semelhante asserção, e não creio que meus antecedentes a justifiquem. Eu não encontro a arte nos preceitos estéreis da escola, nas inexoráveis unidades, na mura-

lha de bronze entre os diferentes estilos e gêneros, nas cadeias com as quais se quis aprisionar o poeta em nome de Aristóteles e Horácio, às vezes atribuindo a eles o que jamais pensaram. Creio que haja uma arte fundamental nas relações impalpáveis e etéreas da beleza ideal; relações delicadas, mas acessíveis à visão de lince do gênio competentemente preparado; creio que haja uma arte que guia a imaginação em seus mais fogosos transportes; creio que sem essa arte a fantasia, em vez de encarnar em suas obras o tipo do belo, aborta esfinges, criações enigmáticas e monstruosas. Esta é minha fé literária. Liberdade em tudo; no entanto, não vejo liberdade, e sim embriaguez silenciosa nas orgias da imaginação.

A liberdade como contraproposta, por um lado, à docilidade servil que a tudo recebe sem exame, e por outro, à desordenada licença que se revela contra a autoridade da razão e contra os mais nobres e puros instintos do coração humano, será sem dúvida o tema da universidade em todas as suas diferentes seções.

Mas não devo abusar mais do tempo de vossa paciência. O assunto é vasto; discorrer rapidamente sobre ele é tudo o que me foi possível fazer. Sinto não haver ocupado mais dignamente a atenção do respeitável auditório que me rodeia e agradeço pela indulgência com que me escutaram.

Memória sobre a situação do ensino público no Chile no quinquênio 1849-1853[6/7]

Senhores,

Em virtude do disposto no artigo 24 do Supremo Decreto de 23 de abril de 1844, cumpre-me prestar contas sobre o estado atual do ensino público, as melhorias nele introduzidas durante o

[6] Apresentada pelo reitor, perante o Conselho Universitário, na sessão de 11 de março de 1854. Publicada nos *Anales de la Universidad de Chile, 1854,* t. XI, pp.3-21 e na edição chilena das *Obras de Bello*, t. VIII, pp. 399-431.

[7] BELLO, A. *Obras completas de Andrés Bello*: temas educacionales 1. Caracas: La Casa de Bello, 1982, pp.100-138, vol 21.

quinquênio principiado em setembro de 1848, os obstáculos encontrados e os fatos que durante este mesmo período tenham tido relação imediata com a educação pública. Concluirei, como previsto no mesmo decreto, com uma breve notícia sobre os membros desta universidade que faleceram e que se distinguiram pela dedicação em prol da educação.

I

O artigo 1º, número 8 da lei de 19 de novembro de 1842, que assentou sobre novas bases esta universidade, atribuiu à Faculdade de Filosofia e Humanidades o encargo de dirigir as escolas primárias, propondo ao governo as regras que julgasse mais convenientes para a sua organização; a de redigir, traduzir e revisar os textos dos livros que viessem a nelas ser utilizadas; manter um registro estatístico que apresente cada ano um panorama completo do ensino primário no Chile; e o de fazer, por intermédio de seus membros e corresponsáveis competentes, a visita e a inspeção das escolas primárias da capital e das províncias.

Por outro lado, no decreto de 23 de abril de 1844 acima citado, foi submetida ao Conselho da Universidade a inspeção de todos os estabelecimentos de educação nacional, provinciais ou municipais, os quais compreendem, sem dúvida, as escolas primárias, como se lê no artigo 50. A inspeção estendia-se, com certas limitações, aos estabelecimentos particulares.

Para levar a cabo essa incumbência foram criadas juntas provinciais de educação (artigo 57), e inspeções departamentais (artigo 62).

A Faculdade de Humanidades pode exercer e exerceu satisfatoriamente a inspeção das escolas primárias da capital, mas carecia de meios para estendê-la para além da cidade de Santiago. Isto foi, sem dúvida, o que motivou o precipitado decreto de 23 de abril, que parece transferir a inspeção geral das escolas para o Conselho, por meio das Juntas Provinciais e das Inspeções de Educação.

Mas pouco tardou em perceber-se que essa organização era quase que completamente ineficiente para o objeto que se desejava. Uma ou outra província sob os cuidados do Chefe Superior desenvolveu por algum tempo uma atividade altruísta e cumpriu com a devida regularidade a obrigação de enviar relatórios periódicos ao Conselho. A maioria das províncias, porém, só os enviou em intervalos mais ou menos longos e, ainda assim, incompletos. De algumas delas, e certamente as menos avançadas em civilização e riqueza, recebeu-se apenas um ou dois relatórios desde o ano de 1844 até hoje. Aquela espécie de entusiasmo percebida no princípio foi pouco a pouco diminuindo e a experiência parece-me já ter demonstrado a insuficiência deste sistema de Juntas e de Inspeções para os fins de sua instituição e, em particular, para nos prover de dados estatísticos com a frequência e a regularidade necessárias. O que se obteve a este respeito deve-se, em grande parte, à ação direta do Ministério de Educação Pública exercida pelos órgãos oficiais da administração. Faz-se, pois, cada dia mais urgente a criação de outra ordem de coisas, ou a complementação do que já foi ensaiado introduzindo a estatística do ensino em uma seção do Ministério de Educação Pública. A Faculdade de Humanidades e o Conselho poderiam continuar, como até aqui, facilitando nesta linha os trabalhos do Supremo Governo, seja na discussão dos regulamentos, seja na revisão dos textos, ou na indicação de outros novos ou na revisão dos existentes. A inspeção confiada principalmente aos visitadores, cujo número seria aumentado de maneira a que todas as escolas da república pudessem ser visitadas ao menos uma vez ao ano, generalizaria os excelentes resultados já alcançados nas escolas onde até agora foram empregados. Na ausência dos visitadores caberia aos inspetores cuidar para que se observasse o regime estabelecido por aqueles nas escolas públicas, municipais e conventuais, prestando-lhes conta do que sobre este ponto merecera atenção ou reclamara sua intervenção.

As Juntas Provinciais exerceriam a inspeção nas capitais das províncias, porém deixariam sempre aos visitadores a incumbência de propor e implementar as reformas, em uma palavra, tudo o que se referisse ao conteúdo, à forma e à distribuição do ensino. A meu juízo, a ação legal dos visitadores deveria ser uniforme nas escolas públicas, municipais e conventuais; estendida nestas à proposição de reformas didáticas e nas escolas particulares limitada a recomendá-las. Entretanto, na parte repressiva de práticas contrárias à moralidade e à salubridade, as atribuições dos visitadores deveriam ser as mesmas em todos os estabelecimentos de ensino primário, quaisquer que sejam a procedência dos fundos de que subsistam.

Desses antecedentes, depreende-se a necessidade de um regulamento que determine as atribuições dos visitadores nas várias categorias de escolas primárias; suas relações com os Inspetores e as Juntas; as faculdades de que podem fazer uso; e sua correspondência periódica com o Ministério de Educação Pública e com o Conselho Universitário. Contudo, é preciso recordar que se as determinações do governo não forem acompanhadas da sanção competente, de nada serviria multiplicar os regulamentos e em poucos anos teríamos de voltar a lamentar sua ineficácia.

II

O censo da população é a base da estatística do ensino primário e de toda a educação nacional; e até agora temos apenas o de 1843 que não nos permite rastrear, tão desejável como seria, a proporção que cada província, cada departamento, cada distrito, cada povoado, que agora usufrui deste grande benefício que é, ao mesmo tempo, o germe e a medida da civilização intelectual. Não apenas a população absoluta de cada localidade deve ter mudado consideravelmente desde aquela época, mas a proporção das populações das várias localidades entre si; porque como todos podem vê-lo o crescimento da população é rápido em várias partes,

lento em outras e em algumas apenas sensível. Porém, precisamos nos resignar a tirar o partido possível desta defeituosíssima base. Procedamos momentaneamente sobre a suposição de a população ter permanecido estacionária desde 1843 e comparemo-la com o quadro geral da educação primária no Chile, em 1853, apresentado pelo senhor ministro de Educação Pública ao Congresso. A razão entre o número de crianças que vão a escola e os habitantes, seria aproximadamente em

Chiloé	1/20
Valdivia	1/38
Concepción	1/55
Ñuble	1/66
Maule	1/84
Talca	1/59
Colchagua	1/125
Santiago	1/33
Valparaiso	1/25
Aconcagua	1/57
Coquimbo	1/48
Atacama	1/28
Chile	1/47

De forma que, de acordo com essa conta, teríamos na escala de escassa luz das diferentes províncias esta ordem gradual: Chiloé, Valparaiso, Atacama, Santiago e Valdivia encontrando-se na média da república, e, abaixo, Coquimbo, Concepción, Aconcagua, Talca, Ñuble, Maule e Colchagua. Comparando esses resultados com os que consignei na Memória que tive a honra de ler na sessão solene de 1848, a discrepância não é significativa. Chiloé e Valparaiso ocupavam, então, como agora, os primeiros lugares na lista e agora, como naquela ocasião, Maule e Colchagua parecem deter os dois últimos. Em Santiago e em Valdívia, subsistem os algarismos anteriores 1/33, 1/38; Chiloé baixou aparentemente de 1/17 para 1/20 e em Talca de 1/43 para 1/59; porém Atacama subiu de 1/40 para 1/28 trocando de lugar com Santiago; Coquimbo de 1/

30 para 1/48, Aconcagua de 1/60 para 1/57, Valparaiso de 1/28 para 1/25, Concepción de 1/75 para 1/55, Ñuble de 1/67 para 1/66, Maule de 1/96 para 1/84, e Colchagua mesma de 1/150 para 1/123. A república toda na média parece ter baixado de 1 por 45 a 1 por 47. Porém, é indubitável que a quantidade absoluta do ensino primário subiu em toda parte e que a pequena queda que aparece em alguns é devida a maior exatidão dos dados utilizados pelo senhor ministro de Educação Pública.

A menos que ocorra uma reflexão, certamente seria insuficiente para dar-nos uma ideia vantajosa dos progressos da educação primária. Graças ao zelo do Supremo Governo e das câmaras foram fundadas, desde 1843, um grande número de escolas primárias dotadas de fundos públicos; as municipalidades por sua parte também contribuíram; e o número das escolas particulares recebeu também algum incremento; mas a população cresceu ao mesmo tempo em uma razão mais ou menos rápida nas diferentes províncias; e qual é, em 1853, o resultado destes dois movimentos? Na de Santiago, onde é evidente que a população teve desde 1843 um percurso ascendente relativamente rápido, a razão de 1 por 33 indicada no censo de 1843, não é possível, sem exagerar bastante a que realmente existiu em 1853 entre o número de alunos que estudavam nas escolas e o número total de habitantes. Se supuséssemos que desde o ano de 1843 a população desta província tenha recebido um décimo de aumento a razão de 1 por 33 deveria converter-se em 1 por 36 para que expressasse o número de habitantes a que correspondia cada aluno primário no ano anterior. E isto, prescindindo da imperfeição do censo que, como todos sabem é sempre diminuto. Chamando, pois a razão aparente que se referiu o censo de 1843 a razão verdadeira que resultaria do cotejo com um censo medianamente exato para o ano de 1853, é claro que em cada localidade a razão aparente é tanto maior que a verdadeira, quanto maior tenha sido nesta localidade o movi-

mento ascendente da população e que, por conseguinte, a média aparente de 1 por 47 constatada para toda a república deveria diminuir pelo menos de 1 por 52, supondo que na última década o total da população tenha aumentado de um décimo; que é o incremento mais moderado que se pode razoavelmente admitir. Se em virtude desta suposição aumentamos para 1.178.000 a população do ano passado e para 235.600 o número de pessoas em idade escolar, tiraremos a limpo que os que então iam à escola alcançou apenas 23.131, que é apenas um décimo daqueles a quem a sociedade devia este precoce indispensável cultivo da alma que é a semente de toda civilização.

A fundação de novas escolas pelos meios colocados em ação até agora não consegue acompanhar o movimento da população, que se desenvolve em progressão geométrica. Se não apelarmos para outros meios, cada ano será menor a razão entre o número de alunos primários e o número de habitantes. O contingente que participa do ensino elementar será a cada ano uma fração menor da nação; e a ninguém será ocultado tudo o que haveria de ominoso e desconsolador nesta incontestável dedução de dados numéricos, se não nos apressarmos a dotar de recursos mais adequados a educação nacional. Temos em vista o exemplo de outros países; uma moderada contribuição da comunidade, ensaiada no princípio, caso assim se queira, nos departamentos mais povoados e ricos e ampliada gradualmente aos outros, é o arbítrio único para prover uma necessidade cada dia mais imperiosa. Sem isso, a barbárie iria cada ano estendendo seu império sobre uma porção mais considerável do corpo social. A melhoria do ensino em certas áreas, o adiantamento do ensino colegial e científico não compensariam jamais na balança do bem-estar comum os males inerentes a este incremento relativo das classes condenadas à carência completa de toda cultura intelectual e moral. Se imaginássemos um círculo cujas dimensões crescessem continuamente e no qual

um segmento iluminado brilhasse com uma luz cada vez mais viva, porém, apesar de seu incremento absoluto, formasse uma parte progressivamente menor que a superfície total, poderíamos nos representar a marcha das luzes no Chile, segundo suas tendências atuais. E que ordem de coisas pode haver mais oposta ao espírito das instituições que nos regem?

As instrutivas tabelas apresentadas na última Memória do senhor ministro de Educação Pública indicam que nas escolas se educam atualmente 5.603 meninas, ou seja, uma para cada três pessoas do outro sexo. Em 1848, a proporção era de uma menina para cada cinco meninos varões. Variou, pois, notavelmente a proporção dos sexos em favor da mulher.

Se em relação a esses aspectos temos motivos para felicitarnos, há outro em que o quadro da educação popular não é inteiramente sombrio. Das 571 escolas espalhadas pela superfície da república há pelo menos 410 em que, além de leitura, escrita e catecismo, se dão noções de aritmética e em certo número dessas escolas ensina-se também um pouco de gramática, geografia, história e de outras matérias.

Não deixa de ser satisfatório que as escolas particulares pagas pelos pais de família eduquem quase a metade de todos os alunos primários; que nelas estejam quase equilibrados os sexos e que em cerca da metade se ministrem conhecimentos de aritmética, estudando-se em algumas escolas gramática, geografia, noções de história e outras matérias. O interesse com que já se começa a olhar a educação do povo e os cuidados incessantes que o governo consagra a ela pressagiam que dia a dia aumente o número daqueles que por especulação ou por vocação especial se dedicarão a este ramo do ensino.

Porém, onde vejo a esperança de um porvir mais lisonjeiro, sobretudo depois que a manutenção das escolas ficou a cargo das comunidades é na ampliação e no melhoramento da Escola Normal de Preceptores, objeto constante dos cuidados do governo.

Dali se difundirão os melhores métodos, a melhor disciplina pedagógica e o que tem a mesma importância, o lustro e o prestígio da honra de que deve cercar-se o ensino das primeiras letras, confundida até agora com as profissões mais humildes, obscuras e acompanhada, por conseguinte, da incúria, da desordem, da ignorância grosseira, da aspereza repulsiva, que pouco a pouco vão desaparecendo das escolas nos principais povoados.

Na Escola Normal atualmente dá-se instrução a 70 alunos: 50 pertencem ao curso de primeiro ano, 5 ao de segundo, 13 ao de terceiro. De acordo com o currículo oficial deve-se ensinar religião, caligrafia, aritmética, geografia elementar e prática, geografia descritiva, noções de geografia física, de cosmografia, gramática castelhana, inglês, música vocal. Na primeira e mais importante destas disciplinas, não se dá ao ensino a amplitude que seria desejável em um estabelecimento destinado a difundir ideias sãs em todo o território da república; ideias cuja insuficiência é quase em toda parte verdadeiramente lamentável. Na maioria das demais disciplinas o ensino ainda está bastante distante do que deveria ser. Atribui-se menos valor às aulas de desenho; a ginástica por falta de alguns elementos, não é praticada. Será criado um curso de práticas pedagógicas, na sala espaçosa que lhe é destinada, assim que estiver provida dos móveis e utensílios necessários o que acontecerá em um futuro muito breve. O belo e amplo edifício que a escola ocupa levam a desejar que o material pedagógico seja melhorado. Importa, sobretudo, uma vigilância incessante sobre a disciplina do estabelecimento. Os meios utilizados até agora não permitem atingir este objetivo de modo satisfatório.

A instrução que a Escola Normal deve ministrar, segundo sua implantação oficial, pode comparar-se vantajosamente com a que se adquire em alguns colégios. Porém, não sei se posso dizer que neste sentido pode-se ir muito mais longe. Virá, sem dúvida, uma época em que será conveniente não apenas conservar, mas ampliar o currículo de estudo que a Escola Normal abraça atualmente.

Contudo, conquanto o ensino primário se encontre no início, não é necessário para sua melhoria gradual que se formem imediatamente professores adornados de conhecimentos de que na vocação a que se destinam não sejam chamados a fazer uso por ora. O excessivo prolongamento do ensino produz dois inconvenientes graves: a aprendizagem abraça objetos que não cabem talvez comodamente em um triênio ou não podem ser adquiridos senão de um modo extremamente superficial; o extenso prejudica o sólido. Mas o pior de tudo é que o jovem ao sair da Escola Normal se acharia provido de aptidões que, em um país onde em todas as carreiras há notável escassez de sujeitos idôneos, o habilitariam para dedicar-se de forma frutífera em ocupações bem mais lucrativas que a de professor primário e isto o faria desertá-la, ou a encará-la de forma secundária, ou a desempenhá-la com distração e repugnância. Não faltariam exemplos para comprovar o que digo.

Não há estabelecimento de educação no qual a escolha e a revisão dos textos seja mais importante. Este é um ponto que não deve ser confiado ao julgamento do diretor e dos professores da Escola, por mais idôneos e ilustrados que sejam. A matéria é bastante grave para merecer a atenção, não apenas da Faculdade de Humanidades e do Conselho Universitário, mas do Supremo Governo. Os textos da Escola Normal estão destinados a formar, por intermédio dos professores das primeiras letras, o catecismo do povo, o alimento dos nove décimos da população chilena. Quanto nisto não está o porvir da república! E esta consideração se aplica não com menor força aos hábitos de ordem, asseio, comportamento urbano e decente que devem ser inculcados na Escola Normal, e que tão lamentavelmente se acham menos nas classes não educadas e às vezes em uma esfera mais alta.

Outro estabelecimento popular de educação que devo mencionar aqui é a Escola de Artes e Ofícios. Nela, além da religião, se ensina caligrafia, gramática castelhana, aritmética e princípios de ál-

gebra, geometria elementar, trigonometria, geografia descritiva, mecânica industrial, geografia, desenho ornamental e de máquinas e elementos de geometria descritiva. Em 1854, quando a primeira turma de alunos deve concluir o curso, serão acrescentados aos novos conhecimentos teóricos e aperfeiçoada a prática das quatro oficinas de serralharia, fundição, mecânica e carpintaria. Há 33 alunos de primeiro ano, 12 de segundo, 20 de terceiro; ao todo, 65. Frequentam a Oficina de Serralharia 8 alunos, a de Fundição 9, a de Mecânica 30 e a de Carpintaria 17. O estabelecimento encontra-se em um momento florescente; seus produtos têm considerável demanda; sua disciplina é um modelo de precisão e regularidade. O local está sendo progressivamente ampliado. Quanto ao aproveitamento teórico e prático dos alunos minha opinião vale pouco; porém a de pessoas competentes deixa pouco a desejar pelo menos em relação à maioria das aulas. O sábio e modesto diretor, Julio Jariez, ocupa-se da redação para a Escola de Artes, de um curso de ciências matemáticas e físicas, que está sendo traduzido pelo senhor Francisco Pérez do qual já foram publicados o de aritmética, álgebra, geometria e trigonometria; seguirão o de geometria descritiva, mecânica industrial e os elementos de física e química aplicados às artes.

A Escola de Surdos-Mudos colocada em um departamento da Escola Normal começava a dar as melhores esperanças, quando um acidente fatal veio paralisar seu adiantamento. Vi e admirei os progressos feitos em tão pouco tempo por essas interessantes criaturas tão merecedoras da atenção do governo e da caridade pública. Chegam a 11 atualmente as que estão na escola. Muitas mais se apresentarão se (como é de se esperar) o ensino continuar, já não em mãos do senhor Schieroni, mas em outras igualmente idôneas.

III

Sem uma comunicação constante dos colégios com o Conselho da Universidade, sem a remessa periódica de tabelas ou de relatóri-

os que representem a instrução dispensada em cada estabelecimento e o pessoal que a dispensa e a recebe é impossível formar uma ideia do caudal do ensino de que cada um desses estabelecimentos é a fonte, nem de sua circulação na sociedade. Contudo, é preciso dizê-lo: apesar das repetidas ordens do governo, não se verifica o envio de relatórios com a devida regularidade; excetuando os estabelecimentos públicos da capital e determinado número de estabelecimentos particulares também da capital não há colégio de que tenhamos informações suficientes para avaliar, ainda que aproximadamente, a qualidade e o movimento do ensino que nele é proporcionado. Sabemos qual é o currículo oficial dos colégios provinciais financiados pelo erário, porém ignoramos até que ponto o que existe corresponde ao que deve ser. Não me resta, pois, tornar esta exposição outra coisa que solicitar por parte do governo novas instruções para que aconteça a cada ano em um determinado momento o envio dessas tabelas, em conformidade com os modelos que para este efeito foram fornecidos em profusão, cada vez que sua falta foi apontada, contando-se, principalmente, com o zelo dos intendentes e governadores para que essas instruções sejam cumpridas. Sem que se dê a constante comunicação que indiquei, a orientação atribuída pela Lei Orgânica ao Conselho Universitário será quase que inteiramente ineficaz fora da esfera da capital. Vejo-me, pois, na necessidade de cercar-me a esta órbita para preencher de forma possível o programa de minha exposição.

Na esperança de que os documentos existentes no arquivo do Conselho me fornecessem dados suficientes para apresentar pelo menos um quadro dos colégios particulares de um ou de outro sexo da capital, comecei a examinar os relatórios correspondentes, mas não tardei em convencer-me de sua insuficiência para o objetivo que me propunha. Em alguns dos mais destacados, se acha menos o elemento mais importante de todos; são dados o total de alunos em cada turma e se omite o total de alunos no estabeleci-

mento. Para evitar este e outros defeitos daqui para frente, torna-se necessário que, junto com a ordem de enviar ao Conselho os relatórios em uma determinada época do ano, se obrigue cada colégio a traçar o seu em absoluta conformidade com o modelo.

Para a melhoria dos estudos preparatórios criou-se no Instituto Nacional uma turma de física elementar, outra de história da América e uma específica do Chile, outra de contabilidade, de desenho linear destinada aos artesãos e foi acrescentada a de desenho ornamental.

Assistiram no ano passado as aulas de estudos preparatórios do Instituto 682 alunos dos quais 252 internos e 430 externos. O curso de estudos com os acréscimos que venho de mencionar, compreende agora catecismo, fundamentos da fé, história sagrada, história eclesiástica, aritmética, álgebra, geometria, geografia, cosmografia, história profana em todos seus diferentes ramos; gramática castelhana, ortologia e métrica castelhana, latim, francês e inglês, literatura, física elementar, filosofia e direito natural, contabilidade, desenho natural e paisagístico. Para aqueles que se destinam às carreiras matemáticas não é obrigatório o latim, contudo se lhe acrescenta a trigonometria, a geometria analítica e as seções cônicas.

Motivos graves obrigaram o governo a limitar a idade dos alunos internos no instituto; seus estudos são aqueles que venho de mencionar. A disciplina está melhor. Os exames do último ano foram em geral satisfatórios. Os que presenciei pareceram-me regulares.

No Seminário Conciliar, o curso preparatório de Humanidades dura de quatro a seis anos e deve incluir além do catecismo e história sagrada, aritmética, álgebra e geometria fundamentais, geografia e cosmografia, elementos de história profana antiga e moderna, gramática castelhana, língua latina. Sucessivamente os alunos devem estudar em dois anos lógica, metafísica e moral, fundamentos da fé, retórica, física e língua francesa. As ciências eclesiásticas compreenderão: lugares icológicos (sic), teologia

dogmática, moral e expositiva, história da teologia, controvérsia bíblica, direito natural, direito canônico em concordância com o civil, liturgia, história eclesiástica, literatura, literatura e oratória sagradas, cômputo eclesiástico. Quase todas estas disciplinas já existem e o currículo englobará além delas o ensino dos idiomas sagrados, que ainda não foi introduzido por falta de meios. Assistem às aulas 152 alunos; os 115 internos.

Pelo que pude julgar a partir do exame de um pequeno número de alunos, no Seminário o ensino de letras humanas é extenso e liberal. A disciplina interna, excelente.

Na Escola Militar, no final de 1853 submeteram a exame 70 alunos, entre eles 23 pertencentes à seção de cabos. Foram examinados nas seguintes disciplinas: religião, caligrafia, gramática e métrica castelhanas, língua francesa e inglesa, história, aritmética, álgebra, geometria elementar, trigonometria retilínea, trigonometria esférica, sistema métrico, geometria descritiva, topografia, cosmografia, geografia física, geografia política, desenho, fortificação passageira, ordenanças militares, exército militar, tática, ginástica e esgrima. A seção de cabos aprende religião, caligrafia aritmética, gramática, história sagrada, história do Chile, ordenança, desenho, exército militar, ginástica, esgrima. Sobre os resultados desses exames, remeto-me aos informes das comissões, que serão imediatamente publicados nos *Anais*. Apenas ressaltarei que as menções de distinção recaíram principalmente nas classes de gramática castelhana, idioma estrangeiro, história sagrada, história da América, geometria elementar e trigonometria retilínea, álgebra, sistema métrico, ordenança e desenho. Entre os textos adotados para o ensino, devo fazer especial menção à *Topografia e Agrimensura* pelo malogrado José Agustín Olavarrieta, membro da Faculdade de Matemática. A Escola Militar conserva o caráter de regularidade, asseio e decência que há alguns anos a tem distinguido honrosamente.

IV

Não deixarei de repetir uma observação geral que foi feita algumas outras vezes sobre o ensino colegial e que por sua importância merece ser repetida. As disciplinas que formam este tipo de ensino são vistas geralmente como meramente preparatórias para as carreiras profissionais; isto é, consideradas somente como um meio, não como um fim importante em si mesmo. Desta preocupação geral nascem sérios inconvenientes para o incremento da civilização intelectual. Os que não aspiram a uma profissão científica não apreciam em seu justo valor a posse desses conhecimentos que em toda parte distinguem as pessoas educadas; e é preciso confessá-lo, nota-se a amiúde esta falta nas classes mais favorecidas que é onde se deve realçar aquela amenidade e elegância procedentes de uma inteligência cultivada e que caracterizam uma sociedade em progresso. Daí a fazerem-se os estudos preparatórios sem verdadeiro engajamento, sem amor, como condições indispensáveis que abrem a porta a conhecimentos senão os mais elevados, mas os mais lucrativos, como aquisições que, para os neles iniciados, não vale a pena conservar-se e dos quais ao longo da vida restam poucos vestígios. Outra consequência do mesmo princípio é a limitada concorrência da juventude nos colégios provinciais destinados principalmente à difusão desse caudal de luzes que não devem faltar a um homem de regular educação e que o habilita não apenas para o comércio social, mas também para preencher decentemente as funções as quais os cidadãos são chamados indistintamente em nossa organização política. As carreiras literárias, em especial a de advocacia, são o grande objetivo da ambição dos jovens e por isso vemos que em certos colégios foram solicitadas com veemência a criação de turmas de direito, como um meio de atrair a juventude para seu seio e retê-la durante algum tempo. As ciências físicas, que apenas começam a despertar a atenção da juventude estudiosa da capital, manifesta-se pouca ou ne-

nhuma inclinação nas províncias com exceção de Coquimbo, onde continua-se cultivando os ramos que interessam à principal indústria do Norte. Os progressos, pois, que nesta matéria são observados reduzem-se ao estabelecimento central de educação onde, sem dúvida, se difundirão gradualmente aos demais do país. A nova organização do Departamento Físico-Matemática deve acelerar este importante movimento.

V

O Conselho destacou como um de seus primeiros deveres a melhoria do ensino religioso e teve a satisfação de verificar que seus esforços não foram em vão. Sobre os erros que revelaram as tabelas periódicas dos colégios, fez repetidas observações, porém não se recebendo essas tabelas com a regularidade desejável, não é fácil dizer até que ponto foram levadas em consideração as indicações do corpo. Na capital, a melhora foi evidente; foram adotados melhores textos; as provas atestam o adiantamento dos alunos nesta parte. Presenciei alguns no presente ano e devo assinalar, como uma circunstância incomum que as respostas das crianças não repetiam textualmente as lições, que elas não eram um trabalho puramente mecânico da memória. Esta é uma condição a que é preciso atentar para apreciar o cultivo que verdadeiramente a mente recebe em seus primeiros alvores e que nem sempre me pareceu realizada nas provas orais que me coube assistir.

O catecismo do frei José Benítez logrou a aceitação que merecia, sendo adotado na maioria dos colégios e escolas.

Em 1848, Ramon Valentín García publicou o *Tratado de la Verdadera Religión y de la Verdadera Iglesia* destinado à instrução da juventude no Instituto Nacional. Sobre sua adaptação para este objetivo basta citar o juízo expresso pelo autor: “A experiência, diz ele, nos ensinou que estas lições não estão ao alcance dos que não estudaram os princípios do raciocínio e dos elementos da ciência da

razão.” Imbuído desta ideia, concebeu o pensamento um trabalho mais simples que o anterior, mas ao mesmo tempo mais compreensivo do que a bem conhecida pequena obra do presbítero Jaime Balmes, a que tanto devem a Igreja e as letras: *La Religión Demostrada al alcance de los niños,* reimpresso no ano 1846 em Santiago. O novo trabalho do digno prebendado veio à luz no ano passado; parece-me encontrarem-se nele as qualidades de simplicidade e perspicuidade pouco presentes na obra anterior. Até que ponto cumpre as demais condições essenciais de uma obra desta espécie, cabe à autoridade eclesiástica decidi-lo e aguarda-se seu ditame.

VI

Ao falar de outro ramo que interessa à educação preparatória, a gramática da língua castelhana, meu juízo deve com certeza ser recebido com desconfiança, quanto ao verdadeiro valor das inovações que introduzi nos textos e aos efeitos que produziram até agora. Sobre o compêndio destinado às escolas em geral e à juventude que não aspira a um conhecimento profundo da língua, direi somente ao que o me propus ao redigi-lo e os inteligentes decidirão se consegui cumprir meu programa. Quis descartar desses rudimentos de definições vagas, inexatas, obscuras que não faziam mais que carregar de palavras a inteligência infantil, acostumando-a a saturar-se de formulas que para ela não fazem sentido algum. Quis fazer uma resenha dos erros que costumam cometer não apenas as crianças, mas os adultos, todos os vulgarismos que desacreditam a linguagem e os escritos mesmo de pessoas instruídas e até as produções nas quais se ostentam conhecimentos nada vulgares e cintilam talentos privilegiados. Quis traçar um método prático que, seguido pelos professores na parte mais difícil da gramática, poupasse o estudo de regras complicadas que a memória não retém com fidelidade, mesmo quando o entendimento as abarquem e as substitua por hábitos corretos, que levam adiante

aquela primeira aprendizagem que principia no berço, corrigindo-a onde se desvia do que se denomina bom uso, que é a regra geral dos países onde se fala o castelhano. Ignoro se este método é praticado nos estabelecimentos que adotaram meu compendio e se suas vantagens práticas corresponderam a minha esperança. Porém, me permitirei repetir o que disse na advertência que precede este opúsculo: "São muitos, muitíssimos mesmo nas classes educadas o que lendo algumas páginas desta gramática rudimentar, evitariam graves erros no uso da língua nativa." Várias vezes vi crianças que nas provas repetiam com bastante exatidão as regras e que ao se lhes apresentar uma frase incorreta para que indicassem o solecismo, o vulgarismo nela cometido, saiam-se mal desta prova. Creio, pelo menos, que meu plano é o que deve seguir-se neste livro das crianças. Não me vanglorio de tê-lo concluído; porém sua execução pode ser melhorada por outros que tenham mais tempo e mais luzes para dedicar-se a este ingrato trabalho.

Os mesmos exercícios práticos em maior escala e com uma análise mais completa, devem ser repetidos no estudo da gramática superior; porém, sob este ponto de vista, é justo dizer que há pouco a ser acrescentado ao que se observa atualmente no instituto. O que no estudo da gramática ali se denomina análise lógica, merece certamente este nome. Ela decompõe em suas mínimas partes o raciocínio, dando conta dos graus de dependência em que se acham entre si, não as palavras, senão as ideias e os grupos de ideias de que se compõem o pensamento complexo desenvolvido em cada período. Pratica-se outro tanto no estudo do latim; e não seria difícil aplicá-lo aos idiomas estrangeiros vivos.

Dou a máxima importância ao estudo bem feito das línguas vivas e mortas. Não o apreciamos em seu justo valor, quando nos limitamos a considerá-los como um meio, seja para a aquisição de conhecimentos científicos, seja para a mútua comunicação e comércio. Aspirações mais elevadas o enobrecem. Vejamos o que diz a

este respeito uma escritora que soube unir nessa matéria a filosofia ao bom posto e a teoria ao exemplo.

Não faltou motivo para fazer do estudo das línguas antigas e modernas a base dos estabelecimentos de educação nos quais se formaram os homens mais inteligentes da Europa. O sentido de uma frase em uma língua estrangeira é ao mesmo tempo um problema gramatical e intelectual e um problema inteiramente proporcional à inteligência da criança. No início ela nada entende além das palavras; passa em seguida para a compreensão da frase; e sucessivamente para beleza da expressão, sua energia, sua harmonia, toda a vida da linguagem do homem, faz-se sentir por gradação, traduzindo-a. Comprova sua força lutando sozinha contra as dificuldades que ao mesmo tempo lhe apresentam as duas línguas; interna-se nas ideias, compara e combina diversos gêneros de analogias e semelhanças; e a atividade espontânea do espírito a única que dá um verdadeiro desenvolvimento ao pensamento, é vivamente estimulada neste trabalho, superior a qualquer outro pelo número de faculdades que exercita; e é uma felicidade poder utilizar a memória flexível da criança em uma espécie de conhecimentos sem o qual se veria limitada toda sua vida ao circulo de sua própria nação; círculo estreito, como tudo que é exclusivo. O estudo de gramática exige o mesmo encadeamento, a mesma força de atenção que a matemática; porém sua conexão com o pensamento é bem mais íntima. A gramática enlaça as ideias umas as outras, como o cálculo encadeia os algarismos; a lógica gramatical é tão exata como a álgebra; e tem a vantagem de se aplicar a tudo o que há de mais vivo em nosso espírito. As palavras são ao mesmo tempo algarismos e imagens, escravas e livres, submetidas a uma disciplina da sintaxe e toda poderosa por sua significação natural... Tudo passou pelas palavras e tudo volta a encontra-se nelas quando sabemos examiná-las.

Temos aqui justamente não apenas apreciada a importância do estudo das línguas em um estabelecimento de educação, mas esboçado o rumo que se deve seguir para sua melhoria gradual.

A prática dos exercícios escritos continua em todas as matérias em que é cabível. O livro de temas que Luis Antonio Vendel-Heyl está encarregado de elaborar, dará ao estudo da língua latina a devida regularidade ao método, estabelecendo uma gradual correspondência entre os temas e as regras da gramática adotada no instituto. Foram desaparecendo da pronúncia deste idioma algumas imperfeições que a afetavam e um conhecimento mais cabal da prosódia (facilitado agora pela gramática publicada pelo mesmo eminente professor) terminará por corrigir a inexatidão de que ainda se veem nos exemplos na acentuação. Mas, para atingir este objetivo é de indispensável auxílio o exercício de versificação latina que eu considero não como um fim que tenha algum valor em si mesmo, mas como um meio, seja para adquirir uma pronúncia esmerada, seja para perceber os encantos da harmonia nos grandes modelos poéticos que nos legou a Antiguidade. Adquirimos desta maneira, se é lícito assim dizê-lo, um novo sentido que põe ao nosso alcance tudo o que há de belo na língua da imaginação usada pelos grandes poetas. Ler Virgílio e Horácio sem esta preparação é como lê-los em prosa, como lê-los em uma tradução imperfeita; é fraudar a inteligência de uma aquisição preciosa na aprendizagem das línguas, que consiste em torná-la capaz, não apenas de compreender o escrito, mas de apreciar as belezas da execução artística. Este é, sem dúvida, o último grau que podemos chegar no domínio de um idioma, já que poucos alcançam; mas, sem subir tão alto, podemos ainda retirar muitos frutos de um estudo dedicado da pronúncia e do ritmo e isto não apenas das línguas antigas, mas também dos idiomas vivos. De nossos limitados conhecimentos nesta matéria, procede a injustiça com que muitos julgam o que não são capazes de apreciar, ou ao contrário, a afetada admiração com que celebram o que na realidade não percebem. Apenas uma coisa me permitirei acrescentar a estas observações que serão acusadas talvez de frívolas e pedagógicas: se o estudo da literatura valer alguma coisa, é preciso pro-

porcionar-lhe os meios necessários para a contemplação instrutiva dos grandes modelos, sem o qual é impossível conhecê-los e no culto que aparentemente se lhes tributa há uma presunção pedantesca.

Falei da importância dos exercícios práticos. A própria filosofia não deve desdenhar adotá-los. Produzir tendências e hábitos proveitosos é o grande objetivo de toda disciplina da alma. Não há pensamento algum dito ou escrito em que não tome parte o procedimento intelectual que chamamos de raciocínio; e em muitas produções literárias ele é que forma o elemento dominante. Assinala-se por via do exercício em uma delas a cadeia do raciocínio, que é a imaginação e o sentimento vivificam e que a linguagem do escritor reveste de formas mais ou menos vistosas e gratas. Não se trata de silogismo escolástico: este deve ter, sem dúvida, sua parte, porque ele formula uma das operações mais frequentes com que a alma chega a determinado gênero de verdades e as desenvolve em uma série de consequências rigorosas. Os escolásticos erraram pretendendo dar-nos em seu silogismo o instrumento universal da razão humana. Mesmo nos raciocínios dedutivos em que se busca uma ilação necessária, o procedimento intelectual toma uma ou outra direção. Há tantos tipos de raciocínio dedutivos como axiomas diversos; cada axioma é a fórmula de um proceder raciocinativo peculiar, ou melhor dizendo, de um instinto mental que nos guia sem sabê-lo em um exercício da razão. Uma lógica tão instrutiva como fácil seria a que nos penetrasse a marcha do entendimento das produções didáticas e oratórias; a que nos pusesse à vista destes recursos nativos, estes instintos maravilhosos que a criatura racional mantém em incessante atividade e que manifestasse ao mesmo tempo seus abusos, tropeços e extravios.

VII

Para o estudo da geografia, poderia servir um texto breve acompanhado também de frequentes exercícios práticos na reso-

lução de problemas com o uso expedito de globos, como é hábito nos colégios da Europa e dos Estados Unidos. Adquirir-se-ia deste modo, em pouco tempo e de um modo tão fácil, quanto divertido e agradável, o conhecimento sobre nosso planeta em seus grandes traços físicos e em suas principais divisões políticas.

Pode-se omitir sem inconvenientes aqueles pormenores de que a memória é geralmente um depositário infiel e que fornecem, quando necessário, os mapas, os dicionários geográficos. Pelo contrário, os resultados gerais indicados no balanço estatístico dos impérios, dos idiomas, das religiões, do comércio, da riqueza, das forças armadas, devem ser visto como de uma importância primária.

Servem para a classe preparatória da física experimental os elementos publicados pelo reitor do Instituto Don Antonio Ramirez. Dom Domingo Faustino Sarmiento, a quem o ensino primário tanto deve, quis também popularizar o conhecimento dos fenômenos físicos, traduzindo *El por qué o La física al alcance de todos*. Oxalá seu exemplo seja imitado, vertendo-se para nossa língua tantas excelentes pequenas obras publicadas em francês e em inglês com o objetivo de tornar accessível a todos as mais úteis verdades científicas! Essas traduções proporcionariam excelentes livros de leitura para as escolas e os colégios de um ou de outro sexo.

A cosmografia, resumida em brevíssimas dimensões em seu primeiro lançamento para os ramos preparatórios, é hoje estudada de forma mais completa com o texto de Carlos Riso Patrón, que em uma edição recente ampliou e melhorou bastante a primeira e apresentou os principais problemas que os alunos devem resolver com o uso de globos. Diego Martinez, que parece ter-se dedicado a esta matéria com predileção, redigiu outro texto ainda mais extenso. Ainda que o Conselho Universitário tenha dado sua aprovação a um e outro, deixando ao professor da matéria a escolha do que lhe pareça mais adequado, e mesmo por ora se tenha preferido o primeiro, seria digno da liberalidade com que o Su-

premo Governo protege as letras e estimula os trabalhos didáticos, conceder algum auxílio ao senhor Martínez para cobrir até certo ponto os custos de impressão e ilustração. Suas *Lecciones* poderão sempre ser consultadas com proveito e os mesmos que estudam pelo texto do senhor Riso Patrón acharão alguns pontos importantes mais desenvolvidos no livro do senhor Martinez aos quais coube apenas um pequeno espaço no plano adotado pelo autor do primeiro. Seja-me permitido acrescentar que o senhor Martinez faz-se destacar pelo ardor nada comum nos estudos literários, que em geral só se cultivam senão superficialmente, e como uma transição necessária.

VIII

Esta é a ocasião de se mencionar outras composições didáticas realizadas por beneméritos professores que obtiveram a aprovação do Conselho. Já citei algumas e acrescento agora a *Colección de pasajes selectos en inglês* de Enrique Cood, os *Elementos de aritimética, geometria y trigonometria* de José Basterrica e outro reconhecido *Tratado de aritmética* de Luis Gorostiaga.

Merece especial menção o *Tratado de geografia antigua* de Guillermo Antonio Moreno. Em sua primeira forma foram encontrados alguns erros que, apontados pela comissão encarregada de examinar a obra, induziram ao autor a reformá-la. Feitas as correções a obra foi novamente submetida à análise da mesma comissão, que ainda não se pronunciou a respeito. Acredita-se que, acertadas as inexatidões e aperfeiçoado o seu conteúdo, este meritório trabalho, que honra a instrução e a laboriosidade do senhor Moreno poderá, em breve, ser recomendado para a aprovação do Conselho.

Foi lançada e obteve a aprovação do Conselho a *História de la Edad Media,* escrita em francês por Victor Boreau e traduzida para o castelhano por Raimundo Silva. Preparam-se outras publicações na área de história, que não dispõe ainda em nossos estabeleci-

mentos de educação de um número suficiente de textos adequados. Faz-se sentir entre nós a necessidade de elevá-lo à altura que foram colocados há alguns anos esta parte da erudição, da crítica e da filosofia de tantos grandes escritores e, ao mesmo tempo, de reduzi-lo às exigências do ensino elementar. É preciso dar textos que não cansem a memória juvenil com pormenores enfadonhos e que, olhando a verdade histórica como um requisito indispensável descarte-se os exageros, os contos vulgares, as apreciações inexatas, as teorias aventureiras.

Nessa, assim como em todas as outras disciplinas, poderemos desfrutar, por meio de boas traduções, do muito e excelente que produz incessantemente a infatigável atividade literária e científica das nações europeias e dos Estados Unidos da América. Porém, não esqueçamos que uma boa versão não é coisa fácil como parece à primeira vista. Não aumentemos o número dessas traduções que necessitam elas mesmas de serem traduzidas; que, no trânsito de uma língua estrangeira para a nossa, deixam o original na metade do caminho; e que, deslustrando o que tocam, adulteram cada dia mais nosso idioma nativo. Uma boa tradução exige uma inteligência mais que medianamente cultivada; e se for destinada ao ensino, exige também escrupulosa pureza de linguagem, esmerada ainda que de modesta elegância.

Ao fazer menção à história, não é possível passar por alto as memórias anuais que, em conformidade com o artigo 28 de nossa Lei Orgânica, são apresentadas cada ano na sessão solene do corpo universitário. Elas ilustraram épocas importantes de nossa história e, em especial, a de nossa emancipação política. Em quase todas elas, nota-se um trabalho de pesquisa, que trouxe à luz particularidades conhecidas de poucos e numerosos dados para fundamentar apreciações justas sobre os homens e as coisas, ainda que, por vezes, as do leitor imparcial discrepem das do autor; como não pode deixar de suceder quando fermentam as paixões

partidárias que ensanguentaram as lutas heroicas: *periculosae plenum opus aleae*. Em algumas dessas obras, o mérito da execução literária realça o interesse do assunto: a narração é simples e ágil: a linguagem correta; o estilo animado e, não raro, pitoresco.

Os concursos solenes abertos pelas faculdades produziram poucos, porém apreciáveis trabalhos. Entre eles, a *História Eclesiástica de Chile* pelo presbítero José Ignácio Victor Eyzaguirre, membro e por alguns anos decano da Faculdade de Teologia, é particularmente credor da gratidão nacional. A Memória apresentada por Miguel Luis e por Gregório Victor Amunátegui no concurso literário da Faculdade de Humanidades no ano de 1850 narra os sucessos de uma época nefasta de nossa emancipação, reunindo curiosas notícias, julgando os fatos com discernimento e expondo-os amiúde com animação e lucidez. A comissão que examinou esta obra não foi mais que estritamente justa nos seus elogios. Igual sucesso teve a Memória apresentada pelos mesmos senhores no concurso literário de 1852 sobre os acontecimentos da revolução dos anos 1811 e 1812. Contudo, fora as ocasiões as que aludo saíram de nossas prensas vários opúsculos literários interessantes pelo assunto e notáveis pela execução. A *Historia de las Constituciones modernas* de Juan Victorino Lastarria, membro da Faculdade de Humanidades, encontrará provavelmente não poucos leitores que protestem contra algumas das doutrinas políticas do autor, porém esta obra, como tudo o que sai de suas mãos, traz o selo de um pensamento vigoroso e de uma exposição elegante.

A atividade na qual o engenho nacional mais brilhou nos últimos anos foi nas composições poéticas. Hoje o Chile pode competir com qualquer outra república hispano-americana, se não em número, na excelência de seus bons ensaios poéticos; e eu não limitaria este julgamento a nossas jovens nações, se a abundância e a beleza das imagens e os voos dos pensamentos não fossem acompanhados da palavra mais correta e do conhecimento mais cabal da lín-

gua. Na verdade, a este respeito há diferenças; porém em certas composições a clareza de estilo confere uma roupagem transparente à suavidade dos pensamentos e afetos, e ocorre apenas algum deslize daqueles que não são raros em alguns dos mais célebres escritores castelhanos de nossos dias, em outras topamos com vulgarismos grosseiros, com erros que acusam uma inexplicável ignorância das primeiras noções gramaticais; e isto em meio às pompas de uma fantasia vigorosa, ao lado de frases de feliz originalidade e de traços que pareceriam traçados pelo pincel de Byron. Expressarei com ingenuidade o que penso. A incorreção gramatical e o abuso de neologismos desacreditam nossa literatura em todas suas áreas: nos trabalhos do fórum, nos discursos acadêmicos, nas discussões políticas, nas produções da oratória sagrada. Fora algumas poucas e notórias exceções, tudo que sai de nossa imprensa leva este desgraçado rótulo. Digo *o abuso dos neologismos,* porque me sentiria pouco disposto a elogiar o mesquinho purismo que aspirasse estereotipar os idiomas e que quando tudo progride, quando pululam em todas as linhas ideias originais e criações portentosas se obstinassem em revesti-las com a roupagem de outros séculos, que não alcançaram nem ainda a vislumbram de longe. Semelhante ao pintor da fábula, que para competir com Velázquez, colocava a roupa da corte de Felipe II nos personagens contemporâneos que retratava.

Não quero falar de transgressões mais graves; do abuso lamentável que se faz do talento em colorir cenas impudicas e os desvios de uma filosofia irreligiosa e antissocial. Porventura se esgotaram os veios trabalhados pelos grandes engenhos dos tempos passados? Já não há nada para dar ao poeta que o espetáculo da natureza e o desenvolvimento dos afetos puros da alma? É de mau gosto solicitar impressões fortes, espezinhando o mais venerável e alarmando o pudor. A impiedade e a sensualidade podem ser aliciantes para certos leitores; porém, uma alma naturalmente elevada, uma alma adornada com dotes notáveis deve desdenhar de empregá-las.

IX

Depois do que tive a honra de dizer há poucos meses acerca do progresso e do estado atual dos estudos universitários e das melhorias que neles puderam ser feitas, só posso felicitar-me pela acolhida que o Supremo Governo deu a grande parte das indicações do Conselho, que naquela ocasião expressei sobejamente. Os Decretos Supremos que atualmente estão sendo incluídos nos *Anais* contêm as modificações às quais os estudos profissionais estarão submetidos a partir do próximo ano escolar.

A filosofia, de acordo com esse acerto, ficará reduzida, como previam os regulamentos vigentes a um curso anual, que só figurará entre os estudos preparatórios. Porém, temos motivos para crer que para completar os da seção universitária, se implantará nela uma turma de Filosofia Superior, na qual esta ciência terá o desenvolvimento condizente com a sua importância.

Todos vemos com satisfação o lugar que no novo acerto se atribui ao direito administrativo e à extensão que se deseja dar a outro ramo do direito que se torna cada dia mais credor da atenção da juventude estudiosa, e da classe industriosa e acomodada que se dedica ao comércio.

No quinquênio escolar encerrado em setembro último, três alunos receberam o título de licenciados na Faculdade de Teologia, 108 na de leis, 40 na de medicina e um na de matemática. Graduaram-se bacharéis 26 em teologia, 98 em leis, 10 em medicina, 11 em matemática, 36 em Filosofia e Humanidades.

Para o ensino superior, Ignácio Domeyko publicou *Física Experimental y Meteorologia* de Pouillet, em parte sintetizado, parte variada e adaptada ao Chile; Vicente Bustillos, um tratado elementar de *Química Orgánica;* e Cláudio Brunet de Baines o *curso de arquitetura* destinado ao curso criado pelo Decreto Supremo de 17 de novembro de 1849, a pedido do Instituto Nacional.

Em meio à extensão e à solidez progressiva que os estudos universitários tomam, não posso deixar de assinalar que não se levou a efeito a direção imediata deles confiada a comissões das respectivas faculdades, de acordo com o decreto orgânico que separou a instrução preparatória, a profissional e a científica. É totalmente necessário que se realizem reuniões periódicas das comissões. É igualmente necessário que se deslindem com mais individualidade e precisão as atribuições do Delegado Universitário e suas relações, seja com o Conselho da Universidade, seja com os Decanos das faculdades. Da mesma forma é conveniente regularizar o uso da biblioteca que começa a ser formada sob os auspícios da universidade. Ainda que no momento não seja mais que um modesto gabinete de leitura, ela está crescendo rapidamente; e deve precaver-se da degradação e do extravio do acervo que a compõe. Sobre todas estas matérias, prepararei com o Delegado Universitário alguns trabalhos que terei a honra de apresentar ao Conselho, para submetê-los ao exame e à aprovação do Supremo Governo.

X

Entre os sucessos de alguma importância ligados ao progresso do ensino, não é dos menos notáveis a criação da Escola de Pintura sob a direção de Alejandro Ciccarelli, conforme prescrito no decreto de 4 de janeiro de 1849.

Pelo decreto de 6 de março do mesmo ano, se traçou a primeira planta da Escola de Artes e Ofícios, instalada em 7 de setembro seguinte, sob a direção de Julio Jariez.

Por outro, de 20 de outubro do mesmo ano, o governo tomou sob sua proteção a Escola de Música e de Canto estabelecida pela confraria do Santo Sepulcro; professor Adolfo Desjardins. Sobre esta base, estabeleceu-se em 17 de junho de 1850, a cargo do mesmo artista uma Escola e Conservatório de Música.

Pelo decreto de 7 de janeiro de 1850, o Instituto Nacional foi transladado para o seu novo e grandioso edifício.

Por outro de 30 de julho do mesmo ano, foram agregados aos estudos forenses o dos códigos especiais de Guerra e Marinha, e de Comércio e de Mineração.

Por outro de 3 de agosto seguinte, a Academia Forense foi convertida em um curso de direito prático.

Em 30 de janeiro de 1851 foi editado um extenso regulamento para a Escola de Artes e Ofícios e outro em 30 do mesmo mês e ano para o Conservatório de Música.

Em 6 de agosto de 1852, o Supremo Governo fundou um jornal mensal com o título de *Monitor de las Escuelas Primarias* e se encarregou Domingo Faustino Sarmiento de sua redação, em reconhecimento por sua constante dedicação e serviços à instrução popular.

Em 17 do mesmo mês e ano, a nação comprou do senhor Gilliss, chefe da Expedição Astronômica dos Estados Unidos da América, os edifícios, instrumentos e livros do Observatório Astronômico, erguido no morro de Santa Lucía; para sua direção foi nomeado Carlos Moesta com o encargo de dar aulas de Astronomia prática aos alunos que o governo designasse e ministrar um curso auxiliar de matemática Superior no Instituto.

Em janeiro de 1853, foi criado um curso teórico-prático de Obstetrícia no orfanato.

Em 12 de julho, foi anunciado um prêmio de mil pesos para o autor nacional ou estrangeiro do livro que melhor desenvolva a influência do ensino primário nos costumes, na indústria e na prosperidade nacional; como conviria ao Chile organizá-lo e o modo de encontrar financiamento adequado.

Em 11 de novembro confiou-se novamente a Luis Antonio Vendel-Heyl a elaboração de uma coletânea de trechos escolhidos de autores latinos, com comentários e análises que, junto com as passagens incluídas, dessem uma ideia cabal de cada composição; e foi

encarregado simultaneamente da redação de um curso de temas latinos, graduados e adaptados à Gramática Latina usada no instituto.

Seria longo citar as providências tomadas pelo Supremo Governo, particularmente nos dois últimos anos, seja para a fundação de novas escolas (em que se deu prioridade ao sexo que se achava até o momento mais desprovido de estabelecimentos de ensino), seja para aumentar a dotação das escolas existentes e provê-las dos equipamentos necessários, seja para a melhoria dos colégios provinciais.

Em outra ocasião, falei do novo acerto do Museu e da conservação do Observatório Astronômico como meio não só de promover entre nós o estudo da natureza e da portentosa economia do universo, mas de nossa parte contribuir mesmo que no início apenas com módicas ofertas, para o caudal das ciências, patrimônio comum do gênero humano. Nossas produções naturais incompletamente exploradas e nossa posição austral nos proporcionam vantagens que cedo ou tarde chamarão a atenção dos cientistas para nossos estudos e trabalhos. Paguemos assim a parte que nos for possível do que devemos à ilustração e à cultura dos povos que nos precederam; dívida imensa que compreende toda nossa civilização e todas nossas esperanças de um porvir grandioso, que coroe a existência comprada com tantos esforços heroicos. Este é um objetivo que não devemos perder de vista no cultivo das ciências e que já chegou seu dia.

XI

A universidade sofreu dolorosas perdas nos últimos anos; algumas delas profundamente sensíveis.

Esta universidade é grata a dom José Alejo Eyzaguirre, decano desta Santa Igreja Metropolitana e membro da Faculdade de Ciências Sagradas, não apenas ao lustre de seu nome, ela participou do justo luto que sua morte causou à nação. Sua memória é venerada e bendita por não poucas famílias, a quem seus opor-

tunos conselhos restituíram a paz doméstica; e que o fizeram depositário de confianças íntimas, que foram liberalmente socorridas por sua exemplar caridade. Todos conheceram sua integridade sem mancha, o caudal de sua doutrina e o acúmulo de virtudes que concorriam para fazer de sua pessoa o mais cabal modelo de virtudes e perfeições do cristão e sacerdote. Quando alguma vez não conseguiu conciliar com estas relevantes qualidades toda a deferência que pedem as leis da pátria ao cidadão, ninguém por isso deixaria de estimar a pureza de seus motivos e a inteireza com que honrou convicções profundas e desinteressadas.

Juan de Dios Vial do Rio, presidente da Corte Suprema de Justiça, deixou um nome não apenas na Faculdade de Leis e Ciências Políticas; mas um nome ilustrado por serviços a causa da Independência desde sua primeira época, serviços que o tornaram alvo da persecução e acarretaram sua confinação em um calabouço infecto, longe de sua família e do solo natal. Representante da nação durante um longo tempo, colocado sucessivamente em vários destinos judiciais e elevado por fim à cúpula da magistratura, mostrou em todas essas situações qualidades altamente apreciáveis e contribuiu não pouco ao respeito com que foi acatada a corte que presidiu. Não posso deixar de associar à sua memória a de seu colega no mesmo tribunal, na Faculdade de Leis e na câmara de senadores: o íntegro, o religioso e modesto Santiago Echevers, ornamentador da magistratura e da humanidade.

José Miguel Irarrázaval, membro da mesma faculdade e da câmara de senadores, que a presidiu alguns anos, se lavrou tanto uma reputação tão distinguida pelo escrupuloso desempenho de seus deveres neste destino, como pela inteligência desenvolta que manifestou e pela decência e moderação que sempre lhe acompanharam em suas funções públicas e na vida privada.

Contudo, chama minha atenção um homem que fez tanto como ele em prol da Instrução Superior. Não recordarei, porque é sabido

de todos o que devem a Andrés Antonio de Gorbea as ciências matemáticas, que dominava em seus mais elevados ramos; de cujo estudo pode quase chamar-se o fundador no Chile e cujo ensino dirigiu por muitos anos no instituto, contribuindo com ela não apenas com suas assíduas lições orais, mas com recomendações escritas. Foi Decano da Faculdade e Conservador do Museu, desde a nova organização da universidade; foi chefe da Engenheiros Civis desde a formação desse corpo e serviu sem interrupção estes destinos até seu falecimento, que honraram expressivas demonstrações do sentimento público, inspirado por uma justa apreciação de seu mérito. Fazem o melhor elogio de Andrés Antonio de Gorbea seus distintos discípulos e do estado florescente em que deixou a ciência que o ocupava totalmente, que era todo seu entretenimento, todo seu amor. Porém, não seria justo passar em silêncio outras qualidades que estavam apenas ao alcance dos que cuidavam dele e o ouviam: sua inalterável serenidade e temperança na discussão; a simplicidade de seus costumes; a liberalidade com que franqueava o auxílio a seus conhecimentos aos que se encontravam no caso de recorrer a eles.

Os títulos de José Miguel de la Barra à agradecida lembrança dos chilenos não se limitaram ao Decanato da Faculdade de Humanidades que serviu desde a nova organização da universidade até sua morte, para a qual se dedicou de modo particular à inspeção das escolas da capital. Foi secretário da primeira missão enviada pela nascente república às nações da Europa, servindo nelas por ordens do ilustre Egaña com quem era unido por estreitos vínculos de amizade e confiança, corroborados pela semelhança de costumes e opiniões. Nomeado para o Consulado Geral do Chile em Londres, acreditou que era seu dever repelir um *exequator* que julgou injurioso à posição em que se havia colocado seu país. Foi intendente da província de Santiago; foi chefe do Departamento de Estatística. Desempenhou vários outros cargos no governo, especialmente o de secretário do ilustre general que com

tanta glória dirigiu a expedição enviada contra a Confederação Peru-Boliviana. Trabalhou com empenho na criação de estabelecimentos de beneficência. Participou intensamente na fundação da Sociedade de Agricultura e nos primeiros trabalhos dessa entidade; influenciou bastante na reorganização da universidade e deixou no Asilo del Salvador um monumento de sua piedade cristã. Quanto às suas qualidades pessoais, não tenho nada a acrescentar ao retrato completo que deste homem estimável sob todas as luzes traçou em seu discurso inaugural o jovem literato chamado para substituí-lo na Faculdade de Humanidades.

Outro membro desta faculdade apreciou com bastante exatidão em uma ocasião semelhante as qualidades e os serviços de Ventura Cousiño. Adiro cordialmente ao que ali se disse em seu louvor, como professor, como literato, como homem. Lamentável foi o acidente que lhe arrebatou tão cedo das letras e que após longos padecimentos o levou ao sepulcro.

O prebendado desta Santa Igreja Metropolitana, dom Pedro Reyes, foi no ministério sacerdotal um modelo de austera virtude, de abnegação cristã e de humildade. Serviu com assídua dedicação ao Decanato da Faculdade de Teologia à qual está anexa a direção da Academia de Ciências Sagradas.

Com a morte de dom Pedro Palazuelos Astaburuaga, membro da Faculdade de Teologia, fundador da Escola do Santo Sepulcro e do Conservatório de Música, desapareceu um amigo do povo, à cuja moralização e bem-estar se consagrou, resumindo ambas as coisas na fé e no amor ao trabalho. Dedicou a elas o que em suas circunstâncias lhe era dado: um zelo ardoroso e uma atividade incansável. Falava à mente do artesão e do proletário com cerimônias piedosas e representações simbólicas. Desejava retirar do progresso industrial suas tendências materialistas e santificar o trabalho. Teve a consciência de uma missão especial e conseguiu nela resultados plausíveis.

O doutor Lafargue, por seus profundos estudos em seu país natal, a França, pelos serviços que prestou em Paris durante a assoladora epidemia de cólera e que lhe valeu uma medalha de honra, pelos prêmios que a Academia de Medicina de Bordeus lhe outorgou mais de uma vez para suas Memórias medicais e pelos extensos conhecimentos que depois desenvolveu no Chile e particularmente em sua oposição à Cátedra de Anatomia, de Fisiologia e Higiene e seu lúcido desempenho nela, era indiscutivelmente um dos membros mais distintos de nossa Faculdade de Medicina. Seu saber não se limitava a esta ciência. Uma de suas Memórias sobre a condição geológica dos terrenos contíguos ao vulcão de Antuco lhe rendeu, na França, a Cruz da Legião de Honra. "O doutor Lafargue morreu, disse o senhor Aguirre eleito pela mesma faculdade para sucedê-lo, vítima de uma malfadada predisposição de ânimo. Sua morte resultou de enfermidades morais mais agudas por vezes que as doenças físicas; verdadeiras enfermidades da alma."

Falei de José Agustín Olavarrieta, membro da Faculdade de Humanidades. Sua delicada saúde e prematura morte privaram a nação dos frutos que seus longos e lúcidos estudos no Chile e na Europa e seu desenvolto talento prometiam. Dei uma amostra do que se podia esperar de seus trabalhos científicos no tratado de *Topografia y Agrimensura,* que como disse antes, serve de texto na Escola Militar.

Fechará este catálogo mortuário Francisco Huidobro. Modesto até as raias da timidez fez uso liberal de sua fortuna em prol dos necessitados, ocultando seus benefícios como se se envergonhasse de fazê-lo. Não houve uma consciência com maior retidão ou um coração mais puro. Presidiu por muitos anos a Biblioteca Nacional sem nenhum tipo de remuneração. Uma triste enfermidade o arrebatou do país prematuramente.

A Antonio J. de Irisarri. 11 de setembro de 1820.

Informa sobre as vantagens e desvantagens do "Método Bell ou Lancaster".[8/9]

Londres, 11 de setembro de 1820.

Estimado amigo,

Antes de poder lhe oferecer uma ideia exata do método de ensino de Bell ou Lancaster que você me recomendou pessoalmente, fui à sociedade encarregada de promover sua divulgação e posso dizer-lhe que de modo pormenorizado conheci o procedimento que se usa ali para ensinar a ler, contar e escrever. Um dos diretores da sociedade, senhor Hope, teve a amabilidade de acompanhar-me a uma escola para que eu pudesse presenciar de perto e durante três dias o desenvolvimento de provas que este cavalheiro havia combinado comigo. Porém, antes devo dizer-lhe que sendo o sistema Bell o mais utilizado pelas nações cultas e o que é seguido com maior proveito nos povoados que pela densidade de sua população não estão em condições de fazer grandes desembolsos para fundar numerosas escolas, por isto está chamado a propagar-se muito rapidamente na América e a influir em seus destinos, se for adotado com aquelas precauções que exporei a seguir.

Pelo método indicado, em cada cidade podem ser implantadas duas ou três escolas com a capacidade de 150 a 200 alunos, e supondo que o ensino durasse um ano, temos que duas escolas podem dar 300 ou 400 crianças que saibam ler, escrever e contar; três estabelecimentos dessa natureza com uma dotação de 150 crianças, daria 450, o que em cinco anos significaria 2.250. Este cálculo tão fora de propósito a primeira vista, tem um objetivo decisivo, porque conhecendo o número de habitantes do

---

[8] De cópia impressa. *Boletín de la Academia Nacional de la Historia,* t. X, n. 40, Caracas, out-dez 1927, pp. 341-343.

[9] BELLO, A. *Obras completas de Andrés Bello*: temas educacionales 2. Caracas: La Casa de Bello, 1982, pp. 613-615, v. 22.

Chile, você pode determinar exatamente as escolas que se necessita e como distribuí-las em suas diferentes provinciais, em razão de sua população.

Agora bem, o que se deve tratar de obter é que os educandos adquiram aqueles conhecimentos que apenas o sistema Bell pode proporcionar sem esforço e para o qual está perfeitamente organizado, ou seja, o ensino elementar. Parece-me que o reduzindo a estes limites o sistema não poderá fracassar, porque se o olhamos por outro de seus aspectos, em sua própria organização encontram-se seus defeitos, que não são poucos e de monta. Para não me estender demasiado, citarei o principal e do qual se depreendem todos os demais: os *monitores*, como se chamam aos estudantes mais preparados e encarregados de ensinar a seus condiscípulos, não estão nem podem estar preparados para instruí-los. O que sabem, fora de saber ler, escrever e contar entendem mal ou o compreendem de forma muito deficiente. O ensino neste caso fica entregue à memória dos mesmos *monitores* que repetem imperfeitamente o que ouviram, com o qual, longe de avançar para o desenvolvimento do espírito crítico dos jovens, este sistema, procedimento ou plano, o dificulta sobremaneira. Você convirá comigo que um ensino que não procura acrescentar e desenvolver a observação e outras nobres faculdades, não pode ser completo nem produzir no futuro o menor aproveitamento.

Com isso e o anteriormente exposto, você poderá apreciar até onde me agrada o sistema Bell e até onde igualmente o vejo contrário a seu verdadeiro objetivo.

Sem nada mais a acrescentar por ora sobre esse particular, rogo-lhe considerar-me como sempre seu atencioso amigo.

Q.B.S.M.

A. Bello

Ao Senhor

Antonio J. de Irisarri

Sobre as finalidades da educação e os meios para disseminá-la[*][10]

A educação, este ensaio da primeira idade, que prepara os homens para desempenhar no grande teatro do mundo o papel que a sorte lhes destinou, é a que encena os deveres que temos como membros da sociedade e os que temos para conosco, se quisermos chegar a um maior nível de bem-estar do qual nossa condição é susceptível. Buscar bens e evitar males ao indivíduo e a seus semelhantes é o objetivo que nos propomos ao formar o coração e o espírito de um homem; por conseguinte, podemos considerar a educação como o emprego das faculdades mais adequadas para promover a felicidade humana.

O caráter distintivo do homem é sua susceptibilidade de melhora progressiva. A educação, que enriquece seu espírito com ideias e adorna seu coração com virtudes, é um modo eficaz de promover seus progressos; e quanto mais verdadeiros e mais rápidos os fizer, mais contribuirá para que preencha perfeitamente seu destino, o único ser que habita o globo susceptível de avanços. Se a educação é, pois, necessária e se é preciso aperfeiçoá-la com as reformas que aconselha a observação do coração humano, é uma questão semelhante saber se é necessário promover a felicidade comum e habilitar o homem para conseguir com toda plenitude possível os objetivos que em sua criação se propôs o Criador.

Se sob todo governo há a mesma necessidade de se educar, porque qualquer que seja o sistema político de uma nação seus indivíduos têm deveres a cumprir em relação a ela, à sua família e a si mesmos, em ninguém pesa mais a obrigação de proteger este ramo importante da prosperidade social que aos governos republicanos, pois como nos ensina a razão e de acordo com o que foi observado

---

[*] Foi publicado nos números 308 e 309 de *El Araucano,* nos dias 29 de julho e 5 de agosto de 1836 e na edição chilena das *Obras de Bello*, t. VIII, pp. 213-221, em ambos os casos sob a epígrafe educação.

[10] BELLO, A. *Obras completas de Andrés Bello*: temas educacionales 2. Caracas: La Casa de Bello, 1982, pp. 657-667, v. 22.

por vários autores, entre eles particularmente Montesquieu, em nenhuma associação é mais interessante do que nas repúblicas. O objetivo que os homens se propõem em toda sociedade é a consecução da felicidade geral. Os governos republicanos não são nada mais que os representantes e simultaneamente os agentes da vontade nacional, estando obrigados como tal a seguir os impulsos desta vontade, eles jamais poderão se eximir de dedicar esforços para atingir o grande objetivo a que se propõem, tornando os indivíduos úteis a si mesmos e úteis a seus semelhantes por meio da educação. Por outra parte, o sistema representativo democrático habilita a todos os membros para ter nos negócios uma parte mais ou menos direta e os povos não poderiam dar um passo na carreira política sem que a educação tivesse abrangência suficiente para infundir em todos o verdadeiro conhecimento de seus deveres e direitos, sem o qual é impossível realizar os primeiros e dar aos segundos o preço que nos move a nos interessar por sua conservação.

Mas nem todos os homens hão de ter igual educação, ainda que seja preciso que todos tenham alguma, porque cada um tem um modo diferente de contribuir para a felicidade comum. Qualquer que seja a igualdade que as instituições políticas estabeleçam, há, contudo, em todos os povos uma desigualdade, não diremos hierárquica (que jamais pode existir entre os republicanos, sobretudo na participação dos direitos públicos), porém uma desigualdade de condição, uma desigualdade de necessidades, uma desigualdade de método de vida. A estas diferenças é preciso que se molde a educação para o êxito dos interessantes fins a que se aplica. Vários autores, entre eles muito notavelmente Locke, malgrado seu interesse pela melhoria da espécie humana, não considerou a educação senão como um dom precioso reservado às classes altas, se assim for lícito nos expressar para denominar aquela porção de indivíduos que por sua maior quantidade de bens de fortuna ou pelos hábitos de seus pais se dedicam às profissões científicas, à direção de grandes interesses próprios ou ao desempenho de car-

gos públicos. Porém, não é apenas uma injustiça, mas um absurdo privar deste benefício as classes menos favorecidas, se todos os homens têm igual direito ao bem-estar e se todos têm de contribuir para o bem-estar geral. Estas classes, como as mais numerosas e as mais indigentes, são as que exigem a proteção de um governo para a ilustração de sua juventude. Mas como suas necessidades sociais são diferentes e como seu modo de existir têm distintos meios e distinto rumo é preciso também lhes dar uma educação análoga a esta situação particular. Acabaram entre nós os tempos em que se negava a inteligência para a massa dos povos e a raça humana era dividida em opressores e oprimidos.

É muito fácil considerar que todos os homens são susceptíveis de igual extensão de conhecimentos; mas, como não se trata de dar a cada um apenas os necessários para a felicidade que apetece em seu estado, a questão deve unicamente reduzir-se aos que mais lhes sejam convenientes.

É universalmente reconhecido que um dos princípios da felicidade comum é fazer o povo o menos pobre possível. Seu conforto aumenta inegavelmente com sua dedicação aos trabalhos lucrativos; mas, ainda aos que sejam a fonte de sua riqueza, não por isso são tão inocentes que lhes impeçam a aquisição de conhecimentos úteis e o exercício do entendimento. Os primeiros anos de vida são os mais apropriados para este interessante objetivo. Ainda considerando a necessidade de proporcionar vantagens aos trabalhos produtivos, seria conveniente que o homem não se dedicasse a eles até depois de uma certa idade, até que se tivessem desenvolvido completamente suas faculdades, porque o homem, como todos os animais, não pode alcançar toda plenitude que é capaz se uma dedicação prematura ao trabalho não lhe deixa adquirir o vigor e a maturidade que se necessita dele. Sem estas qualidades seria contrário à produção, à economia, à saúde, este mesmo trabalho que é um manancial de prosperidade, quando é empreendido depois dos primeiros anos. Porém, se esta época preciosa da vida em que o braço do homem

ainda é improdutivo for utilizada para ilustrar seu entendimento, para refrear suas paixões e inspirar-lhe o amor à ocupação e ao hábito das virtudes, far-se-ão incomparavelmente mais úteis para a sociedade e para ele mesmo as ocupações que lhe proporcionem posteriormente o necessário para sua subsistência.

Dos dois ramos ao qual a educação pode ser reduzida, isto é, a formação do coração e a ilustração do espírito, o primeiro em seus princípios fundamentais não pode ser atribuído senão a educação doméstica. As impressões da infância exercem sobre todos os homens um poder que decide geralmente seus hábitos, suas inclinações e seu caráter, e como a época em que elas empregam seu poder é cabalmente aquela em que apenas conhecemos os pais como os diretores de nossa conduta, claro é que a eles devemos esta parte do exercício das faculdades, que seria demasiado tardia se a retardássemos até nos acharmos em condições de receber a educação pública. Nas primeiras etapas da regeneração de um povo, e de uma regeneração como experimentamos os americanos, é quase impossível conseguir a perfeição na direção da infância do coração humano. Há vícios nos costumes; as virtudes são mais obra do instinto do que da persuasão e esta situação moral não permite que a educação doméstica se circunscreva a regras fixas, cuja aplicação decida sobre seu bom êxito. Mas, melhorando-se sucessivamente as gerações com o auxílio da educação pública não é difícil pressagiar que chegará o dia em que possamos fazer geralmente um uso benéfico e filosófico da autoridade paterna.

Pelo que a educação pública faz, não é necessário empregar muitos raciocínios para provar, como já o indicamos, que não se deve restringir a preparar os homens para os diferentes tipos de carreiras literárias e para as profissões mais elevadas; porque não é o bem-estar apenas de uma pequena parcela da sociedade que deve ser promovido. Colocá-la ao alcance de todos os jovens, quaisquer que sejam seu número e seu nível de vida, estimulá-los a adquiri-la e facilitar esta aquisição pela multiplicidade de estabeleci-

mentos e pela uniformidade de métodos são meios eficazes para dar à educação o impulso mais conveniente à prosperidade nacional. Esta é, depois de nossa emancipação, uma das mais importantes reformas: educados para obedecer carecíamos de necessidades intelectuais; mas, elevados a uma hierarquia política análoga à natureza do homem, as vimos nascer com nossa transformação social e observamos que cada dia o círculo da civilização cresce.

Parece difícil à primeira vista generalizar a educação pública de forma tão ampla que se consiga colocá-la ao alcance de todas as classes. Porém, que obstáculos se apresentam em qualquer sociedade que não possam ser superados por leis moldadas ao caráter, à índole e às necessidades e à situação moral de cada povo? É preciso reconhecer também que felizmente nos encontramos já em um século em que não necessitamos nos abandonar às inspirações do gênio para a reforma de nossos povos, senão que temos exemplos a seguir e podemos recorrer ao auxílio de uma fecunda experiência.

Por mais numerosa que seja a classe desfavorecida de nossa população, ilustrá-la não é, felizmente, um trabalho acima de nossa capacidade. No início, talvez seja difícil conseguir que os pais se desliguem espontaneamente de seus filhos pelo estímulo de adquirir bens cujas vantagens desconhecem; mas, quantos recursos não poderiam ser empregados para obrigar-lhes a este sacrifício, que não seria considerado como tal, senão enquanto não trouxesse os primeiros frutos? Depois, o instruir-se tornaria uma necessidade imprescindível e sem nenhum trabalho se veriam as escolas povoadas de alunos. A esse zelo deve a Prússia o fato de não se encontrar em seu território nenhum jovem que não saiba ler e escrever.

Para generalizar e uniformizar ao mesmo tempo a educação, nada mais óbvio e eficaz que a criação de escolas que formem os professores. Consultando nelas a perfeição e a simplicidade dos métodos e depois disseminando os alunos aptos por todo o terri-

tório da república, como tantos outros apóstolos da civilização, a juventude acharia em toda parte os mesmos meios para adquirir esta importantíssima vantagem e habilitar-se-ia desde cedo a dedicar-se ao tipo de indústria que lhe proporcionaria recursos para sua subsistência. Em vários pontos da Europa, e de forma mais escrupulosa no norte da Alemanha, fomenta-se com bastante êxito este tipo de estabelecimento.

O círculo de conhecimentos que se adquire nessas escolas erguidas para as classes desfavorecidas, não deve ser mais extenso do que as necessidades exigem delas; o demais não apenas seria inútil, mas até mesmo prejudicial, porque, além de não lhes proporcionar ideias que fossem de um proveito conhecido ao longo da vida, distanciaria demasiadamente a juventude dos trabalhos produtivos. As pessoas necessitadas que adquirem a instrução como uma espécie de luxo, e as que se dedicam a profissões que exigem mais estudo, têm outros meios para conseguir uma educação mais ampla e esmerada em colégios destinados a este fim.

Quanto às noções que essa grande parcela da população que deve sua subsistência ao suor de sua fronte deve adquirir, que é infinitamente digna da proteção dos governos e que deve ser considerada como um dos principais instrumentos da riqueza pública, esta questão não apresenta dificuldades. Os princípios de nossa religião ocupam nada menos que o primeiro lugar: sem eles não poderíamos ter uma norma que orientasse nossas ações e que, dando aos extraviados impulsos do coração o freio da moral nos colocasse em condições de cumprir nossos deveres para com Deus, para com os homens e para com nós mesmos.

Qualquer que seja o exercício que se adote, não podemos prescindir das relações com os demais indivíduos e como para o cultivo dessas relações não basta apenas a palavra, ler e escrever é uma necessidade indispensável para todos os homens que, sem este auxílio, careceriam também de meios para conservar em segurança e na

ordem os poucos ou muitos negócios a que se dedicam. Como confiá-los exclusivamente à fraca e falível custódia da memória?

A leitura e a escrita não seriam conhecidas senão de forma muito imperfeita se não se agregasse a elas o estudo da gramática e não poderiam prestar toda a utilidade que se poderia esperar delas para o exercício de qualquer profissão, se, satisfeitos apenas com estes conhecimentos prescindíssemos da aritmética. Este ramo, um dos mais importantes da educação, porque é o que mais constante e frequente aplicação tem nas relações dos homens, não pode ser ignorado sem que se faça sentir sua falta a cada passo da vida; desde as mais frequentes e extensas especulações mercantis até o ramo da indústria mais pobres e mais humildes necessitam do seu auxílio.

Seria talvez demasiado exigir na infância de nossos povos, mas não poderia menos de ser gratos aos amantes de sua prosperidade, não envolver na aquisição destes conhecimentos extremamente necessários, e enriquecer a educação popular com outras ideias, talvez não indispensáveis no curso ordinário da vida, mas que elevam a alma, proporcionam meios para ocupar com proveito os momentos que deixam sem emprego as tarefas que formam nossa ocupação principal e que constituem a felicidade de muitos instantes da existência. Entre estas ideias podem-se contar como mais interessantes alguns princípios de astronomia e de geografia, não ensinados com a profundidade de que estes ramos são susceptíveis e que requerem a posse de outros elementos científicos, senão em compêndios superficiais e na forma de axiomas e notícias e algumas breves noções de história, que deem um conhecimento do mundo nos séculos passados e dos principais acontecimentos ocorridos desde a criação. Ainda que estas reduzidas noções não façam mais que estimular a curiosidade e infundir para satisfazê-la a inclinação à leitura, se terá feito um bem positivo para a população. Quantas horas perniciosamente sacrificadas aos vícios ou perdidas no ócio serão utilizadas em um útil recreio! Talvez estas indicações possam parecer

sugeridas por um desejo exagerado e irrealizável de inovar; porém será muito fácil convencer-se de que não há nisto nem exagero nem quimera, se se considerar que ainda em muitos pontos da Índia toda a educação foi dada pelos missionários ingleses e talvez com mais latitude a educação das classes mais miseráveis.

Contudo, se por não serem de primeira necessidade estes ramos do ensino podem-se omitir nos primeiros tempos de nossa transformação social, não é possível que aconteça outro tanto com o conhecimento de nossos deveres e direito político. Regidos por um sistema popular representativo, cada um constitui parte desse povo em quem reside à soberania, e é muito difícil ou impossível conduzir-se com acerto nesta posição social, caso se ignore o que podemos exigir e o que a sociedade pode exigir de nós. O estudo da Constituição deve, por conseguinte, formar parte integrante da educação geral, não com a profundidade necessária para adquirir-se um conhecimento pleno do direito constitucional, senão recomendando apenas à memória seus artigos, para inteirar-se da organização do corpo político a que pertencemos. Sem isto, não poderemos jamais cumprir nossas funções como membros da sociedade, nem teremos pela conservação de nossos direitos o zelo que deve nos animar, nem veremos jamais acesso esse espírito público, que é um dos princípios da vitalidade das nações.

Jamais será excessivo o desvelo dos governos em um assunto de tanta transcendência. Fomentar os estabelecimentos públicos destinados a uma pequena parcela de seu povo não é fomentar a educação, porque não basta formar homens hábeis nas altas profissões; é preciso formar cidadãos úteis, é preciso melhorar a sociedade; e isto não se pode conseguir sem dar acesso aos avanços à parte mais numerosa dela. Que faremos com oradores, jurisconsultos e estadistas se a massa do povo vive submergida na noite da ignorância e não pode cooperar com a parte que lhe toca para a marcha dos negócios, nem para a riqueza, nem para ganhar

aquele bem-estar que a grande maioria de um estado é credora? Não focalizar os meios mais convenientes para educá-la, seria não se interessar pela prosperidade nacional. Em vão desejaremos que as grandes empresas mercantis, que os progressos da indústria e o cultivo de todos os ramos de produção proporcionem copiosas fontes de riqueza, se os homens não se dedicarem desde seus primeiros anos a adquirir os conhecimentos necessários para a profissão que queiram abraçar e se pelo hábito de se ocupar que contraíram na tenra infância, não se prepararem para não ver posteriormente com tédio o trabalho. As impressões da infância exercem sobre nós um poder irresistível e decidem pelo comum de nossa felicidade. É difícil para aquele que deixa passar este período belo da vida submergido no abandono, para aquele que não aprendeu desde criança a dominar a natural inclinação ao ócio, para aquele que não criou a necessidade de empregar algumas horas do dia, possa depois olhar sem horror para o trabalho e não prefira a miséria ao sucesso do desafogo e das comodidades que julga demasiado caras se as compra com o suor de seu rosto. Com seres desta espécie haverá moral, haverá riqueza, haverá prosperidade?

Educação popular[11/12/13]

I

Que ainda existam homens a quem a difusão universal dos conhecimentos assuste, e que ainda existam jornais respeitáveis que tenham uma atitude hostil contra este objetivo, apenas comprova quão justa é a causa, que, apesar de tantos obstáculos, ganha a cada dia terreno. Contudo, pouco nos preocupa esta hostilidade, exceto

---

[11] Trata-se da condensação de um artigo publicado em uma revista americana. Publicado nos números 655 e 656 de *Araucano,* nos dias 10 e 17 de março de 1843 e na edição chilena das *Obras de Bello,* t. VIII, pp. 289-302.

[12] Os trechos a seguir, extraídos da uma *Revista Americana*, publicada há alguns anos, nos pareceram muito aplicáveis às circunstâncias presentes do Chile.

[13] BELLO, A. *Obras completas de Andrés Bello*: temas educacionales 2. Caracas: La Casa de Bello, 1982, pp. 671-685, v. 22.

quanto é digna de ser notada e sentida. Porque, o que se diz da verdade poderia ser aplicado à instrução, não fosse dizer o mesmo: *É forte e prevalecerá.*

A causa do progresso da natureza humana já foi demasiadamente longe, suas esperanças deixaram raízes demasiadamente profundas para que possamos temer que retroceda. Há na grande massa social um movimento que varrerá com todos os obstáculos que se lhes oponham. A atenção geral dada hoje a este assunto, a este vivo e sério espírito do século, nos prognostica grandes acontecimentos. O prognóstico cumprir-se-á. Mas, para que o sucesso seja completo, é desejável que todo mundo se dedique com afinco à correção dos erros, ao remédio dos abusos, ao fomento das melhorias. Há muito ainda a fazer e, particularmente, no que deve ser considerado como o primeiro dos passos preliminares: *a educação do povo.*

Entre as várias matérias que ocuparam os espíritos nos 300 anos que acabam de transcorrer, a educação é uma das últimas a quem coube parte da atenção geral. O peso da tirania obrigou aos homens a meditar sobre os seus direitos. A curiosidade e o amor às especulações os impeliram a entrar no vasto campo das ciências e da Filosofia intelectual. O natural incremento do gosto e o desenvolvimento da imaginação enriqueceram as artes e a literatura. Porém, a ciência da educação apresentou menos atrativos ou uma utilidade menos óbvia. Os homens podiam viver, defender seus direitos e suas opiniões e acumular aquisições e prazeres sem dedicar-se a esta ciência; e estava na natureza das coisas que antepusessem seu próprio interesse presente ao interesse futuro de seus filhos.

Assim, vemos que a educação popular forneceu assunto a muitos menos livros que qualquer outra das grandes matérias que afetam o bem-estar dos homens; existem bem menos livros que os de leis, medicina, política ou religião. Contudo, ao passo que sobre estas e outras matérias há um número infinito de livros, ao passo que nos países estrangeiros tantos salões, tantas galerias, tan-

tos amplos edifícios rangem sob o peso de milhares de volumes, pode-se percorrer todos e não achar senão de vez em quando alguma esquecida pequena obra, provavelmente, superficial, sobre educação. Porque nesta como nas outras coisas, a demanda é o que produz a variedade. Se houvesse leitores teriam sobrado escritores. Ainda hoje em dia, quanto este assunto começou a chamar a atenção, poucos são, comparativamente muito poucos, mesmo entre os pais que leem, os que se informam sobre os melhores métodos de educação. Viagens, poemas, romances, coisas muito boas em seu tempo e lugar, se forem o que devem ser; exposições de coisas e cenários estranhos e muitas vezes fictícios são mais atraentes para a grande maioria que as discussões que nos induzem a contemplar sob todos os aspectos o interesse e o dever das coisas e dos cenários domésticos.

São de bom augúrio para a idade que se seguirá à nossa o incremento que vemos a cada dia no número daqueles que escrevem e leem obras de educação; a direção que tomam muitos vigorosos entendimentos neste tema e o interesse público que começa a inspirar; as doações liberais com que os homens de fortuna o fomentam; a quantidade de indivíduos de educação e o talento com que exercem o encargo de instruir a juventude, não apenas em nossas universidades e colégios, mas nos liceus, nas academias e escolas e o emolumento que recebem por essas tarefas e que em muitos casos é superior ao de qualquer outro trabalho intelectual neste país. Este conjunto de circunstâncias unido como está a nossas instituições livres e aos afortunados auspícios de nossa condição nacional nos anima a indefinidas esperanças de progresso e melhorias, tanto nos princípios como nos métodos de educação que temos adotado.

Esta ordem de coisas nos convida a indicar algumas das reformas e dos avanços que reclama, a nosso juízo, o espírito do século em que vivemos, reformas e progressos que, na realidade, já começaram a dar resultados e que se desenvolverão, sem dúvi-

da, em mais larga escala em nossos sistemas de ensino. Quase involuntariamente damos a nossas expressões o tom da esperança e da antecipação; mas desde já anunciamos que devemos falar de defeitos e males que prevaleceram e ainda prevalecem demasiado em nossos estabelecimentos literários. Prevenimos também que vamos restringir principal, se não totalmente, nossas observações à educação, não dos que seguem as carreiras científicas, mas da massa do povo, à educação popular; aos estudos feitos em nossa língua nativa nas escolas comunais ou de gramática e nos colégios de meninas. E, como nos propusemos a considerar a educação em seus mais humildes cenários, nos limitaremos a óbvias e simples indicações, cuja justiça todos reconhecerão, ainda que sejam poucos os que governam por elas.

O primeiro que se necessita em um sistema de educação popular, é que seja inteligível; que as crianças e os jovens entendam o que aprendem. Que entendam o que aprendem? se perguntará: Como é possível que aprendam sem entender? Respondemos que podem memorizar, recitar e ainda dar uma mostra regular de que sabem, sem sabê-lo absolutamente. Você entende o que está lendo ou o que está dizendo? É a pergunta de mais difícil resposta que se pode fazer o pesquisador ao resguardado e cauto argumentador ou controversista. Porém, para a maioria das crianças e em relação ao que lhes foi ensinado nos sistemas de educação que estão em voga, esta pergunta os confundiria. Não hesitamos em dizer que dois ou três anos dos que foram utilizados na educação de quase todos os indivíduos deste país foram desperdiçados, fazendo-os estudar o que não entendiam. Por exemplo, o que é que uma criança de sete até dez anos ou doze de idade pode entender da ciência da gramática? Esta ciência é uma das mais abstratas e profundas, envolve uma análise do pensamento e exige um delicado escrutínio e comparação das ideias. A língua é o instrumento do pensamento; e se um homem não pode entender nem mesmo os instrumentos cujo uso é

meramente mecânico sem algumas noções de filosofia, poder-se-á esperar que lhe seja mais fácil compreender cientificamente o grande instrumento das faculdades intelectuais? Dir-se-á que esta comparação é *contra producentem* e que um homem pode possuir o uso da língua sem investigar sua teoria, como pode valer-se da máquina a vapor sem conhecimentos filosóficos. Temos, porém, a resposta à mão. Toda criança fala sua língua correta ou incorretamente, não pelo que leu na sua gramática, mas pelo que aprendeu conversando e lendo. E um dos malefícios deste sistema é que a criança imagina que pelas novas denominações que dá às palavras, chamando-as de *nomes, verbos* etc. pelo conjunto de definições e pela rotina de construir[14], acumula uma grande cópia de conhecimentos quando na realidade não aprendeu nada.

Com essas observações, não é nossa intenção censurar os bons e inteligentes instrutores da juventude que se veem obrigados, até certo ponto, a andar pelo caminho trilhado, porque o costume exige que se faça este estudo nos primeiros anos. Há nisto um certo mistério que ofusca a razão dos pais, que, ainda não tenham a mais pálida ideia da utilidade que dela possa ser tirada, creem por uma espécie de vaga e indefinível apreensão gravada em suas almas, que a gramática é uma coisa de elevada e ainda essencial importância. A criança, pois, ainda que lhe custe, tem de aprendê-la, e tem amiúde de sofrer reprimendas por sua repugnância e aparente rudeza quando, na realidade, nesta mesma aparente rudeza e repugnância de encher sua memória com frases que não entende, dá talvez indícios nada equívocos de um entendimento claro e de disposições naturais felizes.

A melhora, pois, que com toda confiança nos prometemos neste ramo, é que se adie até uma época mais adiantada no curso da educação; que ao estudo da gramática se juntem a leitura, a

[14] O que se costuma chamar *analisar*, ainda que poucas vezes mereça este título. [*Nota de Bello*).

composição e a reflexão; e que se ensine, então, não uma descarnada série de regras, mas a ciência da linguagem.[15]

A criança, pois, aprenderá apenas o que possa entender, nos será perguntado? Respondemos que não. Por que? De que lhe serviria? Acreditar-se-á talvez que uma criança que aprende a gramática de uma língua desconhecida aprende o que não entende. Mas não é assim. Se se ensina bem, a gramática que aprende é a descrição da língua desconhecida que estuda. A criança, neste caso, não faz outra coisa que o adulto ou que o mais douto professor de idiomas: não memoriza o que entende; tudo o que aprende revela um fato da língua que estuda.[16] Porém, não há nos princípios de toda ciência muitas coisas necessariamente inteligíveis para quem a

---

[15] Esta é a mesma opinião que emitimos há anos e que escandalizaram alguns como se tivéssemos desejado desenterrar dos estabelecimentos literários o estudo da língua pátria, ou como, se ao transferi-lo de uma idade incapaz de se realizar este estudo a outra época mais adiantada do entendimento não fosse o melhor meio, ou melhor dizendo, o único, de fazê-lo com frutos. E ainda não avançamos então tudo o que propõe o autor do artigo. Dissemos que seria conveniente dar nos primeiros anos algumas noções superficiais, mas claras e inteligíveis de gramática, com a finalidade de manifestar nas crianças os erros que mais comumente cometem falando e de facilitar a aquisição de outros idiomas, deixando para mais adiante o estudo filosófico da linguagem. Este ainda é nosso modo de pensar; e poderíamos apoiá-lo na experiência. A gramática das crianças deve ser muito diferente da gramática dos jovens, que levam a ela os conhecimentos preparatórios indispensáveis; a teoria do entendimento e o hábito prático de analisar as ideias, coisas uma e outra da maior importância para a literatura e para todas as carreiras profissionais. A primeira dessas gramáticas é a única que no estado atual de nossas escolas primárias pode ser usadas para ensinar-se; mas infelizmente ainda não se elaborou nenhuma que atenda a este objetivo.

Como cada país tem vícios peculiares no uso da língua nativa, cada um deve ter sua gramática peculiar para a primeira idade. A elaboração de uma gramática para as crianças chilenas seria, na nossa opinião, uma das melhores matérias para um prêmio universitário. [*Nota de Bello*].

[16] A gramática de uma língua estrangeira supõe noções elementares do idioma nativo: elas devem fazer parte da gramática primária, a gramática das crianças. Desde que para elas principia a idade da razão, pode-se lhes ensinar a conhecer as diferentes classes de palavras, as pessoas, os números, os gêneros, os tempos, a proposição, o regime. Isto ou pouco mais é tudo o que se necessita para passar da língua pátria aos idiomas estrangeiros. Porém, omitir inteiramente esta aprendizagem preparatória produziria uma das duas coisas: ou a criança teria de fazê-lo sobre um idioma estrangeiro e, neste caso, porque não antecipá-lo no seu próprio idioma. Ou então, ao aprender o francês ou o latim, teria que decorar palavras cujo sentido lhe é desconhecido e viria a cair no mesmo inconveniente que deplora com tanta razão o autor do artigo. [*Nota de Bello*].

ela se dedica? Respondemos decididamente que não; se erramos nesta asserção, nos submeteremos prazerosamente à correção dos que nos convençam do erro. Não acreditamos que no curso da aprendizagem nunca seja necessário memorizar palavras cujo significado não se saiba, palavras desprovidas de sentido. Os primeiros princípios de toda ciência terão talvez correspondências e relações que o discípulo não possa entender; porém, é preciso que entenda tudo o que é necessário para que proceda de um modo inteligente em seu estudo. Tomemos, por exemplo, os axiomas da matemática. Não são eles inteligíveis? A ciência procede sobre a suposição de que o principiante os entende. Tomem-se as definições de qualquer ramo científico. Se ele que estuda é incapaz de compreendê-las, de que lhe serve? Sem dúvida os conhecimentos que vai adquirindo darão nova luz às definições, aos axiomas e às noções elementares; mas nada impede que desde o princípio sejam suficientemente entendidos.

Os males que resultam deste método vicioso de ensino são da pior espécie. O menor deles é a perda de tempo. Nem é o mais sensível de todos a perda desses mesmos conhecimentos que deixam de dar-se ao principiante em tempo oportuno. Perdem-se, deste modo, a disposição de aprender e o desejo de instruir-se. Grande parte da ignorância do comum dos homens deve ser imputada a este modo de comunicar a instrução. Quantos alunos atrasados e rudes não o são, senão devido a esse ininteligível ensino! A compreensão tratada desse modo, enganado em suas esperanças, dá um testemunho de sua dignidade nativa, deixando de se interessar por aquilo que não alcança. Palavras que não ensinam nem significam para ele coisa alguma, tornam-se e são naturalmente ingratas. É e deve ser uma coisa desagradável e repugnante memorizá-las e recitá-las, ainda que se a faça com facilidade e desembaraço. A atenção às palavras cujo sentido não se percebe gera, além disso, um hábito de ambiguidade e confusão; enfraquece a capacidade de julgar; a alma

se acostuma a contentar-se com meros sons e cai em uma espécie de negligência, que é quase uma prostituição moral. Não pode haver disposição mais perniciosa: é funesta para a aquisição de sólidos conhecimentos; perverte o juízo saudável mesmo nas coisas práticas; é uma injúria às mais nobres faculdades da alma e uma traição para a consciência. Nossa natural indolência faz que nos contentemos com noções vagas e superficiais; e a esta propensão juntamos a influência de uma educação descuidada. E o pior é que nada envaidece tanto e enche de soberba quanto uma educação mal digerida. Ninguém é mais satisfeito consigo mesmo do que o loquaz recitador de palavras e frases que não compreende.

Esperamos, pois, que se remediará este mal, que os livros de ensino elementar serão simplificados, como foi feito em alguns ramos que a educação se tornará menos escolástica, menos artificial, mais acomodada à inteligência da primeira idade; que assim se verificará melhor a capacidade e aptidão das crianças para destiná-las a diferentes estudos e que elas não serão magoadas e nem se paralisará o desenvolvimento de suas faculdades mentais com essa laboriosa e estéril aplicação a matérias que não estão a seu alcance. O espírito humano é muito susceptível de interessar-se e deleitar-se em cada passo que dá, em cada aquisição que faz de verdadeiros e sólidos conhecimentos. Obtido este resultado, se constatará que o mero gosto de aprender é para ele um estímulo poderoso que torna supérfluas as influências mesquinhas do temor, da emulação e da inveja. Isto por si só constituirá uma grande e nova era nos progressos da educação. Porém, tocamos já em outro ponto sobre o qual recairão nossas observações [sic].

II

A segunda coisa, pois – continua o *Revisor Americano* – que se deve procurar para melhorar a educação é que as crianças e os jovens tenham mais interesse pelo que se lhes ensina.

O tédio nas escolas é proverbial. A tarefa cansativa, a lição fastidiosa, que colocaram à prova todo seu caudal de paciência é o de que provavelmente mais se recordarão as crianças e jovens ao sair da escola.

Entre em qualquer uma delas e verá quase sempre uma languidez mortal, uma apática desatenção a não ser que a proximidade de um exame ou de uma medalha de prêmio acenda a emulação e a inveja. Que vazio nos olhares, que fastio nas atitudes, que preguiça nos movimentos! Quantos indícios de que tudo se faz porque é preciso fazê-lo; de que cada discípulo se mantém em seu assento, não por inclinação, senão por compulsão; e que se fossem deixados em liberdade fugiriam dos muros da escola como das muralhas de um cárcere! Supondo que se lhes deixassem sair e os seguíssemos ao seu local de ócio. Que instantânea e completa metamorfose! Que espírito! Que vivacidade nos semblantes, que brilho nos olhos, que encantadora animação! Será, pois, verdade que o homem tem mais de animal que de inteligência e que o autor da natureza o formou para que tivesse mais interesse pela brincadeira e pelo exercício da força e destreza física do que pelos intensos e deliciosos prazeres do entendimento? Pela honra da natureza humana não queremos concordar com esta ideia; e na realidade a temos por falsa. Há exemplos (e cada dia seu número crescerá) de escolas em que a sala de estudo estimula o mais ativo e agradável exercício das faculdades mentais e se vai a elas com tanta ânsia como aos mais fascinantes divertimentos.

Este passo na carreira das melhorias deve seguir naturalmente aquele que já deixamos indicado. Que as crianças entendam o que aprendem e terão percorrido a metade do caminho para interessar-se por ele. Porém, isto não basta. Deve-se lhes ensinar o que é apropriado para interessar-lhes; e o ensino destas matérias deve ser feito de modo que se alcance o objetivo.

Nos aventuramos a discutir os títulos de parte importante do que ainda se ensina mesmo nas melhores escolas, pela falta de um ou

de outro desses requisitos, isto é, ou porque não é de seu interesse, ou porque o modo de apresentá-lo às crianças o despe de todo interesse. Pecam por este segundo defeito muitos dos estudos feitos em nossas escolas. São interessantes em si, mas o modo de fazê-lo é árido e fastidioso. A aritmética, a geografia, a história como são normalmente ensinadas carecem de qualquer atrativo; e se se logra aprendê-las é por força de estímulos que nada tem a ver com o amor aos conhecimentos. É impossível que uma coleção de fatos abstratos, sem relação com seus fundamentos, motivos ou causas, sem relação com a natureza ou com a vida humana, sem nenhuma aparência de utilidade prática ou de aproveitamento pessoal; é impossível, dizíamos, que estes fatos isolados, por mais verdadeiros ou importantes que sejam, despertem mais interesse na alma do que as definições de um dicionário ou as datas de uma tabela cronológica.

Dugald Stewart observou que a soma de nossos conhecimentos não depende do número de ideias que adquirimos, mas do número de relações que percebemos entre elas. Porém, muitos imaginam que há uma bondade ou excelência absoluta em certas ideias, em certas proposições desconexas e estéreis, porque estão em letra de fôrma, porque formam o que se chama instrução e talvez, também, porque se paga por sua aquisição a mais preciosa de todas as coisas: dinheiro.

Contudo, que prazer – permitimo-nos perguntar – que interesse podem produzir em nós as cem regras da aritmética, sendo tão poucas as que talvez tenhamos necessidade de aplicar e as que se compreendem seus princípios, isto é, quais o aluno é capaz de demonstrar? Provocam, é verdade, certo esforço intelectual, porém irritante e mal dirigido. A geografia desperta a curiosidade permitindo-nos conhecer países estrangeiros; nos encanta a descrição de caudalosos rios e de impetuosas cataratas; de verdes e cultivados campos, de majestosas florestas e montanhas; de reinos florescentes e de cidades esplêndidas. Malte-Brun fez ver todo o partido que se pode tirar dessas matérias em um tratado de geografia. Contudo,

os rudimentos que geralmente se dão não possuem nenhum atrativo. Reduzem-se a meras mensurações geométricas; a nos dar o comprimento e a largura de cada país; uma lista árida de longitudes e latitudes; de altitudes e distâncias; de população e produtos. Não negamos que algo disto tudo deve ser aprendido; porém o menos possível, e em tabelas razoáveis e comparativas. Em relação aos sintéticos e enxutos compêndios de história que circulam nas mãos das crianças, realmente não podemos sacrificá-los. São o que devem ser: irresistivelmente fastidiosos. A história interessa, não como uma coleção de fatos nus, que podem ser repetidos de cor em uma prova e memorizados até o dia seguinte, esquecendo-os prontamente e de bom grado devido à excessiva e pesada carga que a sobrecarregam, senão quando oferece à nossa vista, como em um amplo teatro, grandiosos cenários em que figuram os homens e os povos, quando desenvolve os ocultos estímulos da conduta humana, rastreia as causas, expõe as consequências, pinta o caráter dos personagens e tempera de vez em quando sua narrativa com os divertidos pormenores que pertencem a biografia; despertando e avivando por todos estes meios os sentimentos morais de nossa natureza.[17] Admitimos também que algo sob forma de compêndio é indispensável; porém, não ser mais que meras tabelas e ma-

---

[17] Nossa opinião coincide totalmente com a do autor do artigo. O conhecimento dos fatos desnudos, sem o de suas causas e efeitos, de nada serve. Porém, não se faria demasiado longo, desse modo, a história de um povo? Para evitar este inconveniente, cremos que o ensino deveria limitar-se a dar uma ideia de sua origem, a esboçar o desenvolvimento de seus costumes ou suas instituições, as várias fases de sua civilização e os personagens que nele figuraram. Suas conquistas, suas descobertas, suas artes, letras e comércio deveriam apresentar-se de forma ampla, sem prejuízo daqueles pormenores que parecessem necessários para fixar o caráter dos homens e das coisas. Um catálogo das principais fontes e do grau de confiança que cada uma mereça seria também conveniente; porque o hábito de se acreditar cegamente em tudo que as páginas contêm de um autor antigo ou moderno é um dos mais perniciosos. Dará o jovem aluno igual crédito às tradições dos primeiros séculos da Grécia e de Roma, às conjecturas de Niehbur aos contos do bom Plutarco, que às narrativas de Tucídides ou de Tácito? E não se deverá distinguir o que recebe de cada um destes canais ensinando-os desde cedo a perceber o que se crê?

Mas quando julgamos indispensável o encadeamento dos fatos por meio de suas relações, não temos o ânimo (a intenção?) de recomendar para as primeiras séries aquelas

pas, que sirvam como padrão, que orientem o pesquisar em sua trilha e lhe mostrem sua posição relativa e seu progresso.

Claro está que não desejamos a supressão desses ramos de ensino; apenas queremos dar-lhes seu tempo e lugar, suas dimensões e formas...

Ao fixar a proporção que os diferentes departamentos de educação devem ajustar-se gostaríamos que se desse ao estudo da natureza mais relevância do que se costuma ordinariamente se dedicar a ele: falamos da história natural, da química, física e da astronomia. A Terra, sua estrutura, as substâncias que a compõe, com as mútuas relações e a ação recíproca de umas e outras; seus minerais, plantas e animais; sua conexão com outros planetas e com o sistema do universo seriam fontes inesgotáveis de interesse e prazer para o jovem aluno. Elementos destas ciências, idiomas e paralelamente a estes severos estudos, as artes de ornato, como a declamação, a caligrafia, a música, o desenho, pudessem ocupar os primeiros anos da escolaridade juvenil, subindo posteriormente às aquisições de intelectuais mais elevadas, como a literatura e a história.

---

obras sistemáticas em que se apresentam sinteticamente os grandes resultados históricos. O jovem que saúda pela primeira vez a história, dificilmente poderá entendê-los e apreciá-los. Destituído de conhecimentos preparatórios lhe seria necessário que os admitisse sobre palavra: inconveniente grave nas filosofias da história, porque têm muito de hipotético e não poucas vezes desfiguram os fatos, moldando-os às ideias peculiares, aos sistemas, às preocupações e ainda à vaidade nacional do autor.

A análise nos parece o método mais instrutivo no estudo da história. Seria desejável que o jovem, tanto quanto possível, conhecesse os fundamentos do que se apresenta sob a forma de generalizações abstratas. A história é um registro de experiências de vida dos povos; e as verdades com que ela alimenta a razão devem ser deduzidas, remontando dos fatos às relações, não descendo das relações aos fatos. Esta é sua única missão. À filosofia cabe posteriormente a generalização suprema, a explicação definitiva destas verdades pelas leis psicológicas do homem e da sociedade humana.

Quanto às provas dos alunos de história, nos parece que neste como em outros ramos do ensino, o método dos discursos e das dissertações escritas é ainda mais exposto a ilusões do que o de programas e arguições e que o melhor seria talvez combinar um e outro. Cremos, além disto, que um programa não deva ser uma série de perguntas, como as dos catecismos de Ackermann, mas preferencialmente uma tabela de matérias, sobre as quais se explore com sagacidade a inteligência e o aproveitamento do aluno, obrigando-o a sair da trilha dos textos escritos e a expressar suas ideias da maneira como as concebe [*Notas de Bello*].

Alguns creem que estes objetivos bastariam para ocupar a vida inteira e não há dúvidas disto se forem estudados a fundo; porém apenas falamos de seus elementos; e estamos seguros de que a metade das crianças que frequentam os colégios poderia seguir com muito proveito este curso de educação. O que convém é que participem bem; que guardem na memória apenas o que entendem. Que se interessem pelo que lhes é ensinado; que sintam o estímulo da curiosidade; que o amor pela instrução desperte e amplie suas faculdades mentais. Deste modo, veríamos, erguе-se uma nova geração. Introduzir em nossas salas de aulas alguns instrumentos e equipamentos (que não custariam muito) para que as crianças adquiram alguma ideia das belezas e maravilhas da natureza. Em vez de memorizar áridas miudezas geográficas, que percorram as grandes feições e os pontos mais destacados do globo terrestre nos bons mapas, nos planos de cidades e esboços de monumentos e curiosidades combinados com os estudos de cada país e das partes mais interessantes de sua história. Em vez de uma porção de regras de retórica, faça-os ler obras de bom gosto e que achem exemplos saudáveis de composição. Faça-se tudo isto e se verá em sala de aula uma reunião agradável e animada... Sem isto, as crianças estudam para agradar os pais e professores, para dar-se importância, por rivalidade, não por amor à ciência; e faltando-lhes este motivo os veremos possuídos de olhares mercenários ou mergulhados em uma funesta apatia, em uma geral aversão a qualquer leitura, a toda espécie de conhecimentos. A energia intelectual não achando um campo onde se desdobrar, por não lhes interessar o que estudam, não é de se estranhar que se entreguem totalmente a brincadeiras e a passatempos vulgares.

As imperfeições que expusemos não devem ser imputadas aos nossos inteligentes instrutores da juventude, que se veem obrigados a caminhar pela via traçada de antemão e a dar o tipo de ensino que os pais desejam e exigem para seus filhos. Agrega-se a isto a exces-

siva modicidade da remuneração que recebem, a qual os coloca na precisão de admitir mais crianças do que um único homem pode satisfatoriamente ensinar e não lhes permite buscar os meios necessários, sobretudo, documentos e equipamentos. O remédio para estes males somente a comunidade pode aplicá-los e a ela recomendamos encarecidamente este assunto. Nenhum toca mais de perto aos deveres ou interesses sociais; nenhum é mais digno de ser promovido por todos os órgãos de comunicação. A imprensa de um povo inteligente que faz tão rápidos progressos deve empenhar-se por tão nobre causa.

CRONOLOGIA

1781 - Nasce em Caracas, Venezuela, em 29 de novembro, Andrés de Jesús María y José Bello López. Vive os primeiros anos na casa de seu avô materno, situada atrás do Convento dos Mercedários, em Caracas.

1783 - O Tratado de Versalhes põe fim à disputa anglo-francesa pelas colônias americanas. A Inglaterra reconhece a independência das treze colônias americanas.

1789 - A Tomada da Bastilha inicia a Revolução Francesa.

1793 - A Espanha declara guerra à França.

1794 - Na biblioteca do Convento dos Mercedários, passa a estudar gramática e latim com frei Cristóbal de Quesada (1750-1796), grande conhecedor de língua e literatura latinas, que o introduz nas sendas do humanismo clássico.

1796 - Matricula-se no curso superior de latim do Seminário de Santa Rosa. A Espanha declara guerra à Inglaterra. O Tratado de San Ildefonso firma aliança entre Espanha e França.

1797 - Inicia seus estudos na Real e Pontifícia Universidade de Caracas. A esquadra espanhola é derrotada pela frota inglesa no Cabo de São Vicente. Paz de Campoformio entre França e Áustria.

1797-1798 - Ministra aulas particulares, em sua casa, a jovens venezuelanos, entre eles o Libertador Simón Bolívar (1783-1830), um ano e meio mais jovem que ele.

1800 - Forma-se bacharel em artes. Toma parte na expedição de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Aimé Bonpland (1773-1858) em território venezuelano. A Irlanda é incorporada à Inglaterra.

1802 - Ganha concurso para provimento do cargo recém-criado de 2º Oficial da Capitania Geral da Venezuela, incorporando-se à administração venezuelana. Paz de Amiens. A Espanha perde a Ilha de Trinidad.

1805 - Vitória inglesa em Trafalgar e morte do Almirante Nelson.

1806 - Frustrado o desembarque de Francisco de Miranda na Venezuela. Napoleão decreta o bloqueio continental para sufocar a economia inglesa.

1807 - Nomeado secretário político da Junta da Vacina, criada para controlar a epidemia de varíola que infestava o território venezuelano, cargo que ocupa até o ano seguinte. Traz à luz sua composição poética juvenil *Venezuela consolada,* na qual apresenta um grande poema em decassílabos intitulado *A la vacuna.* Paz de Tilsit entre França e Rússia.

1808 - Introdução da imprensa na Venezuela. Lançamento do periódico oficial *La Gaceta de Caracas,* para o qual é designado redator, função que ocuparia até junho de 1810. Napoleão invade a Espanha e tem início a guerra pela independência. Abdicação de Carlos IV da Espanha.

1809 - Finaliza os projetos editoriais: *Calendario manual y guia universal de forasteros en Venezuela para el año de 1810,* que contém o *Resumen de la história de Venezuela,* e, com Francisco Isnardi (1750-1820), o prospecto da revista *El Lucero.*

1810 - Em 19 de abril, dadas sua desenvoltura em língua inglesa e sua atuação como professor, transfere-se para a Inglaterra como auxiliar dos negociadores designados pela junta de governo da Venezuela, Simón Bolívar e Luiz López Méndez (1770-1841), permanecendo naquele país com Méndez. Até este ano, já havia produzido o romance *A un samán;* a égloga (variante de écloga, poesia pastoral, bucólica, em geral dialogada) *Tirsis, habitador del tajo umbrio;* a ode *A la nave;* os sonetos *Mis deseos, A uma artista* e *A la victoria de Bailén;* o romancillo *El anauco;* a monografia *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana.* Traduz o Canto V da *Eneida* e *Zulima,* de Voltaire; adapta para o espanhol *Arte de escrever* do abade Condillac; prepara material sobre a diferença de uso das três conjugações consecutivas "que", "porque" e "pues".

Ocorrem os movimentos independentistas na América espanhola e a deposição do capitão-geral da Venezuela. Simón Bolívar declara a independência da Venezuela.

1812 - Com a interrupção da vida republicana na Venezuela, López Méndez e Bello passam a viver em Londres, na residência de Francisco de Miranda (1750-1816), um dos pioneiros do movimento de independência venezuelano, em Grafton Street.

Entre este ano e o de 1822, traduz para o espanhol insignes poetas (Byron, Delille, Boyardo) e publica investigações científicas eruditas e estudos de crítica e filologia, em especial épicos medievais como *Poema de mio Cid*; colabora com a Sociedade Bíblica em Londres, decifra, a pedido de James Mill (1773-1836), os manuscritos de Jeremy Bentham (1748-1832) e realiza um estudo sobre o sistema educativo de Lancaster y Bell.

Realistas entram em Caracas. Fim da Primeira República e prisão de Francisco de Miranda. Napoleão inicia guerra contra a Rússia.

1813 - Fim da Campanha Admirável: Bolívar controla a Venezuela; guerra entre Estados Unidos e Inglaterra.

1814 - Casa-se com Mary Anne Boyland (1794-1821). Solicita ao governo das Províncias do Rio da Prata sua transferência para Buenos Aires, sem sucesso. Morre seu terceiro filho. Bolívar se refugia na Jamaica. Regressa à Espanha o monarca Fernando VII. Napoleão abdica. Luís XVIII assume o trono francês.

1815 - Congresso de Viena e instituição da Santa Aliança. Napoleão é preso em Santa Helena.

1818 - Bolívar assume a Presidência da Venezuela. Vitória de San Martín em Maipó.

1819 - Vitória de Bolívar em Boyacá; união de Nova Granada e Venezuela forma a República da Colômbia. O Uruguai se separa da Argentina.

1821 - Morre a primeira esposa de Bello, Mary Ann Boland. Os Estados Unidos reconhecem as repúblicas americanas; guerra entre Brasil e Argentina.

1822 - Conhece o ministro chileno em Londres, o guatemalteco Antonio José de Irisarri, que o nomeia secretário da legação chilena.

1823 - Atua como redator de *Biblioteca Americana,* revista publicada em Londres pela Sociedade de Americanos, cujo número de lançamento é encabeçado por *Alocução à poesia* (Address to Poetry), do próprio Bello. Invasão de Espanha pelas forças do Duque de Angulema; restabelecimento do poder absoluto de Fernando VII.

1824 - Casa-se com Isabel Antonia Dunn (1804-1873). Vitória do General Sucre em Junin; vitória de Bolívar em Ayacucho; termina a guerra da independência.

1825 - Passa à delegação da Gran Colômbia, na qual permanece até sua partida para o Chile.

1826-1827 - Atua como redator de *El Repertorio Americano*, revista publicada em Londres pela mesma Sociedade de Americanos.

1829 - Início da independência chilena. Por indicação de Mariano Egaña (1793-1846), traslada-se para o Chile, onde é nomeado oficial-maior do Ministério da Fazenda.

1830 - Inicia a publicação de *El Araucano*, periódico do qual será o principal redator até 1853. Torna-se reitor do Colégio de Santiago e exerce atividades docentes. Morre Bolívar; independência da Grécia; revolução de junho na França; a Bélgica se separa da Holanda; a França conquista a Argélia.

1832 - Recebe a nacionalidade chilena. Publica *Princípios de derecho de gentes*.

1833 - Morre o rei Fernando VII; início das guerras carlistas.

1834 - Designado oficial-maior do Ministério das Relações Exteriores do Chile.

1835 - Publica *Princípios de ortología y métrica de la lengua castellana*. Início da guerra civil no Equador.

1836 - Início da guerra contra a Confederação Peru-Bolívia, vencida em 1839 pelo Chile.

1837 - Eleito senador da República, o que ocorrerá sucessivamente até 1864.

1840 - Inicia a elaboração do Código Civil da República.

1841 - Publica *Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castellana*.

1843 - Torna-se reitor da recém-fundada Universidade Nacional do Chile.

1847 - Publica a 1ª. edição de *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*.

1848 - Primavera dos Povos: revoluções constitucionalistas em várias capitais europeias.

1850 - Acumula as funções de reitor, subsecretário de Relações Exteriores, consultor de governo, senador da República e redator de *El Araucano*.

1851 - É designado membro honorário da Real Academia Espanhola.

1852 - Termina a preparação do Código Civil chileno.

1855 - É promulgado o Código Civil, em 14 de dezembro.

1856 - Ocorre a revolução liberal na Espanha.

1861 - É designado membro correspondente da Real Academia Espanhola. Inicia-se a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. É criado o Reino da Itália.

1862 - Bismarck é designado presidente da Prússia.

1864 - É eleito árbitro na querela internacional Equador/EUA. Publica *Principios de Derecho Internacional*.

1864-1865 - Guerra do Pacífico: conflito hispano-chileno.

1865 - Convidado a arbitrar a controvérsia entre Peru e Colômbia, que declina por estar gravemente enfermo. Ocorre o assassinato do presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln. Andrés Bello morre em Santiago do Chile a 15 de outubro.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Andrés Bello[18]

BELLO, A. *Calendário manual y guía universal de forasteros en Venezuela para el año de 1810:* con superior permiso. Caracas: Imprenta de Gallagher y Lamb, 1810. [Ed. Facsimilar em Pedro Grases, El primer impreso en Venezuela, Caracas, Ediciones del Ministério de Educación, Dirección de Cultura y Bellas Artes, 1952].

______. *Arte de escribir con propriedad:* compuesto por el Abate Condillac, traducido del francés y arreglado a la lengua castellana. Caracas: Tomás Antero, 1824.

______. *Principios de derecho de gentes*. Santiago de Chile: Imprenta de La Opinión, 1832. [Ed. corregida y aumentada, Princípios de Derecho Internacional, Valparaíso: Imprenta de El Mercúrio, 1844].

______. *Principios de ortología y métrica de la lengua castellana*. Santiago de Chile: Imprenta de La Opinión, 1835.

______. *Gramática de la lengua latina*. Santiago de Chile: Imprenta de La Opinión, 1838.

______. *Análisis ideológica de los tiempos de la conjugación castellana*. Valparaíso, Chile: Imprenta de M. Rivadeneyra, 1841.

______. *El incendio de la Compañía:* canto elegíaco. Santiago de Chile: Imprenta del Estado, 1841.

______. Discurso de inauguración de D. Andrés Bello, rector. Santiago de Chile: Imprenta del Estado, 1843.

______. *Teresa:* drama en prosa y en cinco actos, por Alejandro Dumas, traducido al castellano y arreglado por don Andrés Bello; representado por primera vez en Santiago, en noviembre de 1839. Santiago, Chile: Imprenta del Siglo, 1846. (Galería Dramática Chilena; Colección de Piezas Originales y Traducido en el País).

[18] Extraído de: *Dicionário Enciclopédico de las letras de América Latina* (Delal), Caracas, Biblioteca Ayacucho, t. 1, pp. 571-572.

______. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Santiago de Chile: Imprenta del Progreso, 1847.

______. *Cosmografía o descripción del universo conforme a los últimos descubrimientos*. Santiago de Chile: Imprenta de La Opinión, 1848.

______. *Compendio de la historia de la literatura,* por don Andrés Bello: redactado para la enseñanza del Instituto Nacional. Santiago de Chile: Imprenta Chilena, 1850.

______. *Opúsculos literários y críticos, publicados en diversos periódicos desde el año 1834 hasta 1849*. Santiago de Chile: B.I.M. Editores, 1850.

______. *Proyecto de Código Civil*. Santiago de Chile: Imprenta Chilena, 4 vols, 1853.

______. *Código Civil de la República de Chile*. Santiago de Chile: Imprenta Nacional, 1856.

______. *Filosofía del entendimiento*. (Introducción de José Gaos). México: Fondo de Cultura Económica, 1881. [1ª. ed. Tomo I de Obras completas de Don Andrés Bello, Santiago de Chile: Imprenta de Pedro G. Ramírez].

Obras sobre Andrés Bello[19]

ÁLVAREZ O., F. *Labor periodística de Andrés Bello*. Caracas: Universidade Central de Venezuela, 1981.

AMUNÁTEGUI, M.L. *Vida de don Andrés Bello*. Santiago de Chile: Impreso por Pedro G. Ramírez, 1882.

BALBÍN DE UNQUERA, A. *Andrés Bello:* su época y sus obras. Madrid: Imprenta de M.G. Hernández, 1910.

BECCO, H.J. *Bibliografia de Andrés Bello. I. Obras:* bibliografia analítica. Caracas: La Casa de Bello, 1989.

_______, *Bibliografia de Andrés Bello. II. Crítica*. Caracas: La Casa de Bello, 1987.

CALDERA, R. *Andrés Bello*. Caracas: Parra León Hermanos Editores, 1935.

CARO, M. A. *Escritos sobre don Andrés Bello* (edición, introducción y notas por Carlos Valderrama Andrade). Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1981.

COMITÉ JURÍDICO INTERAMERICANO. Foro Internacional sobre la obra jurídica de Andrés Bello. Caracas: Fundación La Casa de Bello, 1982.

CREMA, E. *Trayectoria religiosa de Andrés Bello*. Caracas: Gráfica Sitges, 1956.

---

[19] Extraído de: *Dicionário Enciclopédico de las letras de América Latina* (Delal), Caracas, Biblioteca Ayacucho, t. 1, pp. 571-572.

CHUMACEIRO CHIARELLI, F. *Bello y Viso, codificadores* (Estúdio comparado del Código Civil de Bello y el proyecto de Julián Viso). (prólogo de Pedro Grases). Maracaibo, Venezuela: Universidad Del Zulia, 1959.

DURAUD, R.L.F. *La poésie de Andrés Bello.* Dakar, Senegal: Faculté de Lettres et Sciences ET Sciences Humaines / Université de Dakar, 1960.

FELIÚ CRUZ, G. *Andrés Bello y la redacción de los documentos oficiales administrativos de Chile.* Bello, Irisarri y Egaña em Londres. Caracas: Fundación Rojas Astudillo, 1957.

______. (Ed.). *Estúdios sobre Andrés Bello.* Santiago de Chile: Fondo Andrés Bello, 1966; 1971, v.II.

FERNANDES, D. W. *Los antepasados de Bello.* Caracas: La Casa de Bello, 1978.

FUNDACIÓN LA CASA DE BELLO. Primer Congreso del Bicentenario. Caracas: 1979.

FUNDACIÓN LA CASA DE BELLO. Segundo Congreso del Bicentenario. Caracas: 1980-1981, 2 v.

Tercer Congreso del Bicentenario. Caracas: 1982, 2 v.

Cuarto Congreso del Bicentenario. Caracas: 1982.

GAYOL MECÍAS, Manuel (Ed.). *Andrés Bello.* La Habana: Casa de las Américas (Col. Valoración Múltiple), 1989.

GAOS, José. "Introducción" a Andrés Bello. *Filosofia del entendimiento.* México: FCE, 1948.

GRASES, P. *La épica española y los estúdios de Andrés Bello sobre el poema* El Cid. Caracas: Talleres de la Ed. Ragon, 1954.

______. *Tiempo de Bello en Londres y otros ensayos.* Caracas: Ministério de Educación, 1962.

______. *Los retratos de Bello:* notas históricas sobre las representaciones en vida del humanista. Caracas: Publicaciones del Banco Central de Venezuela, 1980, 2 ed.

______. *Estúdios sobre Andrés Bello.* (Investigaciones monográficas; II: Temas biográficos, de crítica y bibliografia). Caracas: Ed. Seix Barral, 1981, 2 vols.

ISAZA CALDERÓN, Baltasar. *La doctrina gramatical de Bello.* Madrid: Real Academia Española, 1967.

LIRA URQUIETA, P. *Andrés Bello.* México: FCE, 1948.

______. *El Código Civil y el nuevo derecho.* Santiago de Chile: Nascimento, 1944.

LYNCH, John (Ed.). *Andrés Bello:* the London years. London: The Richmond Publishing Co., 1982.

MENÉNDEZ PELAYO, M. *Historia de la poesía hispanoamericana.* Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948, 2 v.

MURILO, Fernando. *Andrés Bello:* historia de una vida y de una obra. Caracas: La Casa de Bello, 1986.

ORREGO VICUÑA, E. *Don Andrés Bello*. Santiago de Chile: Prensas de la Universidad, 1935.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. España honra a don Andrés Bello (compilación, presentación y notas de Pedro Grases). Caracas: 1972.

PRIETO, Luis Beltrán. *Bello, educador.* Caracas: La Casa de Bello, 1980.

RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *El otro Andrés Bello.* Caracas: Monte Ávila, 1969.

ROSENBLAT, Á. *Andrés Bello a los cien años de su muerte.* Caracas: Universidade Central de Venezuela, 1967.

SILVA CASTRO, R. *Don Andrés Bello:* 1781/1865. Santiago de Chile: Ed. Andrés Bello, 1965.

SUÁREZ, M. F. *Estudios gramaticales:* introducción a las obras filológicas de don Andrés Bello. Madrid: Imprenta de A. Pérez Dubrull, 1885.

USAZA CALDERÓN, B. *La doctrina gramatical de Bello.* Madrid: Real Academia, 1967. 2 ed.